



TRANSPORTES
SUL DO TEJO
by arriva

RELATÓRIO&CONTAS
ANNUAL REPORT



ÍNDICE

Contents



| | |
|--|----|
| 1 ORGÃOS SOCIAIS | 3 |
| 2 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 5 |
| 3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 16 |
| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS | 19 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 21 |
| DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | 23 |
| 4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 25 |
| 5 ANEXOS | 45 |

ORGÃOS SOCIAIS

Board of directors

1 | ORGÃOS SOCIAIS

Board of Directors

ASSEMBLEIA GERAL

General Assembly

José Manuel Nunes Pacífico
Presidente / *Chairman*

Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas
Secretário / *General Secretary*

Antero dos Santos Monteiro
Secretário Suplente / *Substitute Secretary*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors

Marco Giovanni Piuri
Presidente / *Chairman*

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal / *Board Member*

José Manuel de Sá Guimarães
Vogal / *Board Member*

Luís de Almada Guedes Machado
Vogal / *Board Member*

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal / *Board Member*

FISCAL ÚNICO EFETIVO

Auditors

PricewaterhouseCoopers e Associados SROC, Lda

Representada por Rui Jorge dos Anjos Duarte
ou João Rui Fernandes Ramos

Carlos José Figueiredo Rodrigues
Suplente / *Substitute*

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors Report

2 | RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors' Report

1 | Atividade do ano

A economia portuguesa cresceu 2,7% em 2017, mais 1,1 pontos percentuais do que em 2016, segundo dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o que coloca Portugal 0,2 p.p. acima da média da zona euro.

O crescimento da economia portuguesa foi sustentado sobretudo pelo dinamismo das exportações (7,9% em 2017 comparado com 4,1% em 2016), pela melhoria do enquadramento internacional e pela recuperação da procura interna (2,7% em 2017 comparado com 1,6% em 2016), nomeadamente do investimento (8,3% em 2017 comparado com 1,6% em 2016).

Em ano de eleições Autárquicas, a recuperação do setor imobiliário como sinal de retoma da confiança dos investidores, a redução dos riscos em torno das condições de financiamento do país, a recuperação das exportações, a continuação da descida do desemprego e a recuperação da banca onde sobressai a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos são os principais relevos do quarto ano seguido de crescimento desde 2010.

Depois do défice orçamental de 2,1% em 2016, o défice em 2017 atingiu os 0,9%, o valor mais baixo de sempre (da democracia portuguesa), ligeiramente inferior aos 1,4% considerado no Orçamento de Estado. Os bons resultados devem-se a uma execução orçamental que correu melhor do que o esperado, com a receita a subir muito e a despesa a aumentar apenas ligeiramente. No entanto, com a decisão do Eurostat de considerar a despesa com a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos no défice público de 2017, o défice das contas públicas atingiu os 3%.

A taxa de desemprego continuou a cair tendo atingido o valor médio para o total do ano de 8,9% da população ativa segundo o INE. Na comparação com 2016 a taxa recuou 2,2 p.p.

O preço de referência do barril da OPEP foi de 62,06 dólares em dezembro, mais 29% do que no ano anterior e contra uma média anual em 2017 de 52,42 dólares. Já em janeiro de 2018, o preço do barril de petróleo Brent, ultrapassou os 70 dólares no fecho das transações pela primeira vez desde dezembro de 2014.

No que concerne à taxa de juros de referência, o BCE manteve a taxas de refinanciamento em 0,0%, fixada desde março de 2016, tendo as taxas Euribor em 2017 apresentado valores ligeiramente mais negativos do que em 2016. A atuação do BCE continua a veicular a redução considerável das taxas de juro de longo prazo das OT dos países membros. No final do ano a taxa de juro a dez anos de Portugal baixou a barreira dos 2%, algo que não acontecia desde abril de 2015. Os especialistas continuam a identificar margem para descidas adicionais, perante as boas perspetivas para o país.

1 | Activity during the year

The Portuguese economy grew by 2.7% in 2017, 1.1 percentage points more than in 2016, according to data released by Statistics Portugal (INE), which puts Portugal 0.2 p.p. above the euro area average.

The growth of the Portuguese economy was mainly driven by the dynamism of exports (7.9% in 2017 compared to 4.1% in 2016), the improvement in the international environment and the recovery in domestic demand (2.7% in 2017 compared to 1.6% in 2016), particularly investment (8.3% in 2017 compared to 1.6% in 2016).

In a year of local elections, the recovery of the real estate sector as a sign of a return of investor confidence, the reduction of risks around the country's financing conditions, the recovery in exports, the continued decline in unemployment and the banking recovery, the highlight of which being the recapitalization of the Caixa Geral de Depósitos bank, were the main highlights of the fourth consecutive year of growth since 2010.

After the government deficit of 2.1% in 2016, the deficit in 2017 reached 0.9%, the lowest value ever (in the Portuguese democracy), slightly below the 1.4% figure considered in the State Budget. The satisfactory results are due to better-than-expected budget execution, with revenue rising sharply and expenditure rising only slightly. However, with the Eurostat decision to include the cost of the capitalization of the CGD bank in government deficit of 2017, it achieved 3%.

The unemployment rate continued to fall having reached an average value for the year of 8.9% of the active population according to the INE. In comparison with 2016 the rate fell by 2.2 p.p.

The benchmark price of an OPEC barrel was \$62.06 in December, 29% more than in the previous year and against an annual average of \$52.42 in 2017. As early as January 2018, the price of a barrel of Brent crude oil went beyond 70 dollars at the close of transactions for the first time since December 2014.

Concerning benchmark interest rates, the ECB kept refinancing rates at 0.0%, fixed since March 2016, with Euribor rates in 2017 showing slightly more negative figures than in 2016. The ECB's performance continues to drive the considerable reduction in long-term interest rates of the member countries' OTs. At the end of the year, the 10-year interest rate in Portugal went below the 2% barrier, which had not happened since April 2015. Experts continue to identify scope for further reductions, given the good prospects for the country.

O setor do serviço público de transporte de passageiros está em processo de mudança. O novo quadro regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros («RJSPPT»), aprovado em 2015, veio fixar o fim do ano de 2019 para a plena implementação no território nacional de um novo modelo de gestão e regulação onde os municípios, por serem as entidades mais próximas das populações nas respetivas áreas geográficas, assumem um papel de destaque (com a exceção de Lisboa e Porto cujas atribuições e competências estabelecidas no novo regime jurídico recaem sobre as Autoridades Metropolitanas). Os municípios podem ainda delegar as suas competências nas Comunidades Intermunicipais (CIM) bem como nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. É um modelo substancialmente diferente do existente e com muitas etapas a percorrer no pouco tempo que falta até 3 dezembro de 2019, prazo esse imposto pelo Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho.

No início de 2017, o Governo decidiu aumentar em dois cêntimos, através do ISP e da taxa de carbono, o valor do imposto sobre o gasóleo e reduzir noutros dois o da gasolina, o que veio penalizar ainda mais o setor. Em janeiro de 2018 verificou-se um aumento adicional, agora por via da atualização da taxa de inflação, com o ISP a subir mais meio cêntimo por litro.

Em 2017, as famílias puderam pela primeira vez deduzir à sua coleta do IRS um montante equivalente a 100% do IVA suportado na aquisição de passes mensais através da confirmação da despesa no site e-fatura. Relativamente ao ano letivo iniciado em setembro de 2017, o Governo decidiu atribuir aos estudantes universitários até aos 23 anos um desconto sobre o valor do passe mensal de 25% sem condição de recurso.

Continua em aberto o diferendo que separa os operadores privados e o Estado sobre o cálculo da receita comercial dos anos 2014, 2015 e 2016 com base nos dados resultantes do sistema de bilhética. A portaria 241-A/2013, publicada em 31 de julho de 2013, regula o sistema de passes multimodais como parte da obrigação de prestação de serviço público e define as regras relativas à compensação financeira a atribuir por esta imposição tarifária.

Após a contestação, em tribunal, dos operadores privados ao Despacho 8946 -A/2015, que determina o critério de atribuição das compensações dos passes multimodais, estabelecendo um limite ao número de validações pagas, o Governo publicou em 15 de dezembro de 2016 o despacho 15146-A/2016 que altera o anterior, embora mantenha a limitação do número de validações a serem compensadas. Por este facto, a TST, voltou a contestar em tribunal os termos deste novo despacho.

Na sequência da recuperação económica sentida no País e do forte contributo do turismo, a empresa transportou mais 437 mil passageiros (1.4%) do que no ano anterior, não obstante as receitas de serviço público terem reduzido no valor de um milhão e onze mil euros correspondente a menos 2.7% do que em 2016 devido à alteração do critério de repartição das receitas do multimodal em função do despacho 15146-A/2016 publicado em 15 de dezembro de 2016 que determina o critério de atribuição das compensações dos passes multimodais, estabelecendo um limite ao número de validações de títulos.

Em termos globais, o maior crescimento de passageiros verificou-se no primeiro semestre, tendo os valores do crescimento

The public passenger transport service sector is undergoing changes. The new legal framework for the public passenger transport service ("RJSPPT"), approved in 2015, established the end of 2019 for the full implementation in Portugal of a new management and regulation model where municipalities, being the entities closest to the population in their geographic area, would play a prominent role (with the exception of Lisbon and Porto where competencies are established in the new juridical regime and falls on Metropolitan Authorities). Municipalities may also delegate their powers to the Intermunicipal Community (Comunidade Intermunicipal - CIM). This model is substantially different from the present one, with many steps to be taken in the brief time remaining until 3 December 2019, a deadline imposed by Regulation (EC) No. 1370/2007 of the European Parliament and of the Council.

At the beginning of 2017, the Government decided to increase in two cents, through ISP and carbon fee, the tax on diesel fuel and reduce gasoline by two cents, which penalized the sector even more. In January 2018, there was an additional increase, now through updating the inflation rate, with the ISP rising by more half a cent per litre.

In 2017, families were for the first time able to deduct an amount equal to 100% of the VAT incurred in acquiring monthly passes from their Income Tax payment by confirming the expense on the e-invoice site. Regarding the academic year which started in September 2017, the government decided to grant university students up to age 23 a discount on the value of the monthly pass of 25%.

The dispute between private operators and the State over the calculation of commercial revenue for the years 2013, 2014 and 2015, based on the data resulting from the ticketing system, remains open. Order in council No. 241-A/2013, published on 31 July 2013, regulates the multimodal transport pass system as part of the public service payment obligation and defines the rules regarding the financial compensation to be granted by this tariff levy.

After the private operators challenged Order No. 8946 -A/2015 in court, which determines the criterion for attributing compensation for the multimodal transport passes, establishing a limit to the number of validations paid, on 15 December 2016 the government published Order 15146-A/2016 altering the aforementioned Order, although it maintains the limitation on the number of validations to be compensated. For this reason, TST again challenged the terms of this new order in court.

Following the economic recovery in the country and the strong contribution of tourism, the company carried 437 thousand more passengers (1.4%) than in the previous year, despite the fact that public service revenues decreased by one million and eleven thousand euros corresponding to 2.7% less than in 2016 due to the change in the criterion for the distribution of multimodal revenues, in accordance with order 15146-A/2016 published on 15 December 2016, which determines the criterion

estabilizado durante o segundo semestre. Com um efetivo médio de motoristas escasso para o nível de serviços programados, fruto das enormes dificuldades sentidas na contratação de motoristas, foi com um enorme esforço que a empresa conseguiu manter oferta de serviço público com taxa de realização próxima dos 100% durante todo o ano. Para 2018 prevê-se a admissão de motoristas assim como a implementação de algumas alterações à oferta pretendidas para fazer face ao crescimento da procura e às dificuldades sentidas durante o ano de 2017.

Após dois anos consecutivos sem aumento tarifário, o Governo deliberou o aumento de 1,5% para 2017, de acordo com os valores previstos de inflação, que atingiu em 2017 o valor de 1,4%.

Em 2017 procedeu-se ao carregamento na plataforma SICO (Sistema de Informação das Carreiras do Operador) de uma versão com a oferta correspondente ao projeto de reestruturação da rede da TST, a qual se encontra em apreciação por parte da AML e dos Municípios.

A área comercial de alugueres em 2017 teve um ano de forte crescimento impulsionado pelo crescimento do turismo em geral e pela retoma económica que se fez sentir também no aumento dos serviços fixos prestados a empresas. O volume de negócios no total dos alugueres aumentou 10,5% face ao ano anterior, o equivalente a 630 mil euros de receitas adicionais, sendo que este acréscimo é explicado pelo aumento dos serviços comerciais ocasionais.

Os serviços mensais de aluguer de transporte de trabalhadores para as suas empresas também aumentaram 2,1%, o que permitiu à TST crescer o proveito/km nos serviços fixos em 2,8% face ao ano anterior.

Ao nível da oferta de serviço público e como resposta ao aumento da procura verificado, empresa aumentou a oferta num total de 420 mil kms, mais 1,9% de kms realizados do que no ano anterior. A recuperação da procura sentida durante todo o ano teve como aspetos mais relevantes a recuperação dos passageiros transportados nas carreiras para Lisboa assim como a implementação de alguns serviços inovadores como sendo o circuito Bus Saúde em Almada.

Na área de manutenção em 2017, intensificou-se o acompanhamento de todas as linhas de gestão junto dos colaboradores oficiais com ganhos relevantes no aumento dos níveis de reparação e fiabilidade, refletidos nos resultados das auditorias Arriva e na redução da imobilização oficial. No entanto, fruto do elevado número de sinistros e viaturas vandalizadas, bem como a dificuldade de obtenção de alguns componentes, não foram atingidos os níveis de imobilização pretendidos. Ao nível dos gastos com manutenção, apesar de uma redução verificada de 6,2% relativamente a 2016, não foi possível atingir o nível de redução dos custos de manutenção pretendidas para o ano. Adicionalmente, foi preparada e criada a função de inspetor interno de manutenção, para a realização de Auditorias Internas em conformidade com a política de segurança do acionista, considerando os novos critérios para 2018 que visam tolerância zero.

Destacamos ainda a renovação da frota com a aquisição de viaturas mais amigas do ambiente (Euro 5), substituindo viaturas (Euro 1).

for the attribution of compensation for multimodal transport passes, establishing a limit to the number of validations paid.

In overall terms, the highest passenger growth occurred in the first half of the year, with growth figures stabilizing during the second half of the year. With an average lack of drivers for the level of scheduled services, as a result of the enormous difficulties experienced in hiring drivers, the company had to make a considerable effort to maintain its public service offering with a completion rate of close to 100% throughout the year. For 2018, the admission of drivers is expected as well as the implementation of some changes to the supply intended to meet the growth of demand and the difficulties experienced during the year.

After two consecutive years without a tariff increase, the Government carried out an increase of 1.5% for 2017, according to the predicted values for inflation which attained a value of 1.4% in 2017.

In 2017, a version of the offer corresponding to the TST network restructuring project was uploaded to the SICO portal, which is under appraisal by the AML and the Municipalities.

The private hire area in 2017 had a year of robust growth driven by the growth of tourism in general and the economic recovery that was also felt in the increase of fixed services to companies. Private hire turnover totals increased by 10.5% over the previous year, equivalent to 630 thousand euros of additional revenues, and the large volume was explained by the increase in occasional commercial services.

Regular transport services of workers to businesses also increased 2.1%, which allowed the company to increase its profit/km for fixed services by 2.8% over the previous year.

At the level of the public service offer and in response to the observed increase in demand, the company increased its offer by a total of 420 thousand kms, 1.9% more kms undertaken than in the previous year. The most important aspects of the recovery in demand felt throughout the year were the recovery of the passengers transported in the routes to Lisbon as well as the implementation of some innovative services such as the Health Bus circuit in Almada.

As regards maintenance in 2017, monitoring of all the management lines concerning workshop employees was intensified with significant gains in the increase of repair and reliability levels, as reflected in the results of the Arriva audits and in the reduction of the workshop immobilization. However, due to the substantial number of accidents and vandalized vehicles, as well as the difficulty of obtaining some parts, immobilization goals were not met. In terms of maintenance costs, despite a 6.2% reduction compared to 2016, given the effort made in increasing reliability and the need to use new parts, it was not possible to achieve the maintenance costs reduction level established for the year.

In addition, an internal maintenance inspector role was set up and prepared to perform Internal Audits in accordance with the

Relativamente ao consumo de gasóleo, a reativação do ECO-TST iniciada no último trimestre do ano, aplicada a toda a frota, não foi a tempo de reverter as médias de consumo por viatura que subiram 0,9% face ao verificado em 2016 sendo, contudo, de registar o início da participação da empresa no projeto Fuel Economy Strategic em curso na Arriva que visa essencialmente a monitorização do comportamento dos motoristas na condução, com influência no consumo, na segurança e na redução de avarias.

Na manutenção de infraestruturas, realizou-se a certificação energética do edifício sede no Laranjeiro e iniciou-se a primeira fase de implementação do parque de resíduos na Varzinha, ambas no âmbito da certificação de ambiente e segurança e respetivo cumprimento de requisitos legais. Os investimentos realizados em 2017 continuaram a visar a redução da fatura energética e a melhoria das condições ambientais e de segurança no trabalho. Em 2017, a empresa obteve uma redução do consumo médio de água por viatura em 28,8%.

Em 2017, na área da gestão oficial foi concluída a implementação da solução informática de Gestão Visual da Manutenção nas oficinas, denominada "VAP". Está assim facilitado o controlo dos trabalhos oficiais e o acompanhamento em tempo real das viaturas prontas, das viaturas à espera de peças e o controlo da Imobilização de frota em todas as oficinas da TST.

No que respeita à melhoria de processos, intensificou-se a colaboração com Espanha visando considerar globalmente a situação do Procurement a nível ibérico. Portugal, no âmbito do projeto Accelerate, participou em representação dos dois países.

A nível local, destacamos como maiores benefícios atuais e futuros a renovação do contrato de gasóleo, o concurso para limpeza de viaturas e edifícios e a elaboração de concursos vários para a aquisição de peças sobressalentes.

Na área de serviço ao cliente, foi introduzido um novo procedimento no tratamento dos perdidos e achados cujo principal objetivo consiste na entrega do pertence ao cliente, proporcionando assim um serviço de excelência. Ao todo, em 2017, foram devolvidos aos clientes 44% de artigos perdidos, valor bastante satisfatório e acima das expectativas iniciais.

Disponível desde o início do ano nos terminais dos postos de venda, a emissão de fatura certificada veio contribuir de forma considerável para a melhoria do serviço de atendimento com as reclamações sobre faturas a diminuírem de forma relevante e gradual relativamente a 2016.

No final de 2017 a empresa passou a disponibilizar o sistema zapping nas suas carreiras em substituição do título próprio pré-comprado. O zapping é válido em todos os operadores da área metropolitana de Lisboa aderentes ao sistema. As alterações introduzidas no software derivadas da introdução do zapping, vieram permitir realizar operações de transferência de saldo entre cartões, questão há muito solicitada pelos clientes. Prevê-se que este novo procedimento venha a ter um impacto bastante positivo em 2018 no serviço de atendimento ao cliente.

shareholder safety policy, considering the new 2018 criteria which aim at zero tolerance.

We would also highlight the renewal of the fleet with the acquisition of more environmentally friendly (Euro 5) vehicles, replacing (Euro 1) vehicles.

Regarding diesel fuel consumption, the reactivation of ECO-TST started in the last quarter of the year, applied to the entire fleet, was not in time to roll back consumption averages per vehicle, which rose by 0.9% compared to 2016. We would also highlight the start of the company's participation in the Strategic Fuel Economy project under way at Arriva, which essentially aims to monitor driver behaviour while driving, regarding consumption, safety and reducing break-downs.

Regarding the maintenance of infrastructures, energy certification of the head office building in Laranjeiro was carried out and the first phase of implementing the waste facility in Varzinha was started, both in terms of environmental and safety certification and its compliance with legal requirements. Investments made in 2017 continued to focus on reducing energy bills and improving safety and environmental conditions at work. In 2017, the company obtained a reduction in the average water consumption per vehicle of 28.8%.

In 2017, in the maintenance management area, the implementation of the Visual Management IT solution for Maintenance of the workshops, called "VAP", was completed. This therefore facilitated the control of the workshops and the real-time monitoring of the vehicles that were ready, the vehicles waiting for parts and the control of fleet immobilization in all TST workshops.

Regarding the improvement of processes, we would highlight the collaboration with Spain which sought to evaluate the procurement situation at the Iberian level. Portugal, within the scope of the accelerate project participated as the representative of both countries.

At the local level, we would highlight the renewal of the diesel fuel contract with its greater current and future benefits, the tender to clean vehicles and buildings and the preparation of various tenders for the purchase of spare parts.

In the area of customer service, a new procedure was introduced to deal with lost and found items, the main objective of which being the delivery of the property to the customer, thus providing a service of excellence. In total, 44% of lost items were returned to customers in 2017, a very satisfactory value and above initial expectations.

Available since the beginning of the year at the sales outlets terminals, the issuing of certified invoices contributed considerably to improving customer service with complaints about invoices decreasing in a gradual and important manner compared to 2016.

O website da TST continua a constituir o canal de comunicação mais importante com os clientes, motivo pelo qual se tem dedicado uma especial atenção no sentido de se promover a sua atualização e melhoramento. Essa é a razão pela qual os acessos ao site têm crescido ao longo dos anos. Em 2017 voltou a bater-se novo record de consultas, com um total de 3.074.295, o que, comparativamente às 2.622.557 consultas registadas em 2016, representa um crescimento de 17,2 %.

Na área da fiscalização, em 2017, o efetivo foi reforçado com a contratação de serviços prestados por um fornecedor externo no mês de julho. Nesse sentido, foi possível aumentar a produtividade em relação a 2016 no que concerne ao número de passageiros fiscalizados por dia em 7,5%.

Desde o início de 2017 foram reforçadas as campanhas de descontos nos bilhetes vendidos a bordo, em várias carreiras, com o objetivo de incentivar a utilização do transporte público nas deslocações ocasionais e a angariação de novos clientes. Este ano a campanha abrangeu um total de 11 carreiras com a venda de bilhetes a registar um aumento de 6,9% comparativamente a 2016.

Em 2017, a TST celebrou parceria com os organizadores do Festival Sol da Caparica realizado em agosto tendo disponibilizado algumas carreiras especiais para o efeito. Pela primeira vez, a empresa realizou uma parceria com a Ticketline, com a qual passou a ser possível a aquisição do bilhete para o festival incluindo o transporte.

No computo geral, registámos um aumento de passageiros transportados em cerca de 20%, durante o período em que decorreu o Festival, não se tendo registado qualquer tipo de reclamações face ao serviço prestado.

No Verão de 2017 procedeu-se, à semelhança dos anos anteriores, à operacionalização dos serviços de praias. Esta operação foi suportada como é habitual por campanhas de marketing específicas, com o objetivo de ajudar a divulgação e promoção dos serviços direcionados às principais praias da zona de atuação da TST, designadamente a Costa de Caparica, Fonte da Telha, Sesimbra e Figueirinha.

Neste ano, é de salientar, ainda, a realização de um serviço regular para a praia de Albarquel, em regime de aluguer à Câmara de Setúbal.

Resultado das condições climatéricas menos favoráveis do que no ano anterior, os serviços de praias em 2017 apresentaram um decréscimo de 8,8% no número de passageiros transportados. Em Setúbal continuou a fazer-se sentir o efeito da melhoria das condições oferecidas pelas praias da cidade, o que contribuiu também para a redução da procura pela Figueirinha.

No dia 22 de setembro, na semana europeia da mobilidade, foi inaugurado o circuito Almada Bus Saúde, criado em colaboração com o município de Almada. É um novo serviço de mobilidade flexível, operado pela TST, que serve os principais equipamentos de saúde de Almada, vocacionado para apoiar as deslocações por motivos de saúde. Trata-se de um projeto inovador, onde foi possível juntar o esforço e a vontade de várias entidades, e no qual a TST teve a possibilidade de utilizar as suas competências na realização deste serviço. Tem um percurso único, marcado no chão com uma linha vermelha, e não tem paragens fixas, podendo parar a pedido do utilizador para entrada ou saída em qualquer ponto. Basta um gesto de intenção.

At the end of 2017, the company started to offer the zapping system in their routes, replacing the actual pre-purchased card. Zapping is valid in all operators within the metropolitan area of Lisbon which have joined the system. The changes introduced in the software deriving from the introduction of zapping, allowed operations to transfer balances between cards, a matter long requested by customers. We estimate that this new procedure will have a very positive impact on customer service in 2018.

The TST website continues to be the most important communication channel with customers, which is why special attention has been devoted to promoting its updating and improvement. This is the reason why website accesses have grown over the years. In 2017, website accesses set a new record, with a total of 3,074,295 which, compared to 2,622,557 in 2016, represented a growth of 17.2%.

In 2017 the inspection staff was reinforced with the entry of an external supplier in July. In this sense, it was possible to increase productivity by 7.5% compared to 2016 with regard to the number of passengers/inspected per day.

Since the beginning of 2017, the discount campaigns on the tickets sold on board in various careers have been reinforced in order to encourage the use of public transport for occasional journeys and the winning over of new customers, promoting mobility options in the areas in which TST acts. This year the campaign covered a total of 11 routes with the sale of tickets to register an increase of 6.9% compared to 2016.

In 2017, TST participated in the Sol da Caparica Festival held in August and put on some special routes for this purpose. For the first time, the company entered into a partnership with Ticketline, so it was possible to purchase tickets for the festival which included transportation.

In general terms, we registered an increase of passengers transported of about 20%, and there were no complaints about the service provided.

In the summer of 2017, as in previous years, the operation of beach services was carried out. This operation was as usual supported by specific marketing campaigns, with the objective of helping the dissemination and promotion of services targeting the main beaches in our area of operation, particularly Costa de Caparica, Fonte da Telha, Sesimbra and Figueirinha. This year we would also highlight a regular service to Albarquel beach, operated by TST under a rental agreement with the Setúbal Municipality.

As a result of less favourable weather conditions than in the previous year, beach services in 2017 showed a decrease of 8.8% in passengers transported. In Setúbal the effect of improving conditions offered by the city's beaches continued to be felt, which also contributed to the reduction of demand in relation to Figueirinha.

Os resultados desta experiência têm sido extremamente positivos, a avaliar pela reação dos muitos clientes que utilizam a carreira. Trata-se de um caso que poderá servir de exemplo para futuras parcerias.

Em 2017 a campanha de angariação de novos clientes junto das universidades foi alargada, tendo sido desenvolvida em 2 polos universitários: a FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia e o IPS – Instituto Politécnico de Setúbal. Este ano foi oferecido um cartão Viva Viagem com 5,00 euros em unidades de transporte a todos aqueles que adquiriram nos TST o cartão Lisboa Viva, permitindo que estes alunos pudessem experimentar viajar com a TST sem quaisquer custos.

A possibilidade de produzir os cartões na hora, facultando-os de imediato aos novos clientes constituiu uma enorme vantagem para os interessados. Em resultado desta iniciativa o número de cartões emitidos em 2017 representou um crescimento de 40% relativamente aos elaborados no ano anterior.

Na área de Recursos Humanos foram vários os desafios e compromissos assumidos em 2017. Disponibilizaram-se às áreas da empresa, os níveis adequados de pessoas e respetivas competências. Deu-se início a um projeto de Recursos Humanos que permitirá a otimização dos processos de trabalho e o alinhamento das práticas de RH com as opções estratégicas do grupo Deutsche Bahn.

Foram concretizadas as ações de formação contínua com destaque para as ações de certificação obrigatória de Motoristas, cultura organizacional, boas práticas Ambientais, Segurança e formação especializada das equipas oficiais.

No seguimento dos resultados da Consulta aos Colaboradores, realizámos ações de partilha de resultados e auscultação de sugestões, reforçando os princípios e valores Arriva.

No âmbito da Responsabilidade Social interna da Empresa demos continuidade às iniciativas de apoio aos nossos colaboradores e famílias, onde destacamos o apoio prestado aos projetos relacionados com o nascimento de bebés, os casamentos e a atribuição de prémio para o melhor aluno do 12º ano. Realizámos também diversas iniciativas de sensibilização para hábitos de vida mais saudável e promoção de atividades socio-culturais.

Na vertente externa, em articulação com entidades de saúde pública, apoiámos a mobilidade de pessoas carenciadas para cuidados médicos fundamentais.

Na área da educação, realce para as parcerias efetuadas com as entidades competentes que deram origem ao programa Qualifica, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e a divulgação da medida para a promoção do Emprego-Jovem.

A TST renovou o terminal da Costa de Caparica sendo que quatro das paredes passaram a ser uma montra de arte urbana. Esta iniciativa foi feita em colaboração com a associação cultural ACUParte, sendo os autores dos murais os “street artists Robô” e “Smile”. Com esta iniciativa a TST pretendeu reconhecer publicamente a importância deste tipo de arte e simultaneamente contribuir para enriquecer o terminal, a zona envolvente e o dia a dia das pessoas que visitam ou usam o local.

On 22 September, during the European mobility week, the Almada Health Bus circuit was inaugurated, created in collaboration with the municipality of Almada. This is a new flexible mobility service, operated by TST, which serves the main health facilities of Almada, and which is designed to support journeys carried out for a health purpose. It is an innovative project, where it has been possible to put together effort with the willingness of various entities, and where TST was able to use its skills in carrying out this service. It has a single route, which is marked on the ground with a red line, and has no fixed stops, and will stop upon request at any point, with it just being necessary to raise your hand.

The results of this experiment have been extremely positive, judged by the reaction of many customers using the route. This is an example that could serve as a case study for future partnerships.

In 2017, the campaign to attract new customers from the universities was expanded, after being undertaken in 2 university centres: FCT – Faculty of Sciences and Technology and IPS – Polytechnic Institute of Setúbal. This year a Viva Viagem card with 5.00 euros in transportation units was offered to all those who took out their Lisboa Viva card with us, allowing these students to try out the TST at no cost.

The possibility of producing the cards on the spot, giving immediate access to new customers, proved to be a huge advantage for interested parties. As a result of this initiative, the number of cards produced in 2017 represented a growth of 40% compared to those produced in the previous year.

In the area of Human Resources there were several challenges and commitments undertaken in 2017. We have provided company areas with the appropriate staffing levels and the respective competencies. We started a Human Resources project that will enable work processes to be optimized and the alignment of HR practices with the group's strategic options.

Ongoing training activities were carried out, with emphasis on activities involving mandatory Driver certification, organizational culture, good Environmental practices, Safety and specialized training for the workshop teams.

Following the results of the Employee Consultation process, we carried out activities to share results and listen to suggestions, reinforcing Arriva principles and values.

Within the scope of Corporate Social Responsibility, we continued initiatives to support our employees and families, where we would highlight the birth of babies, the weddings and the awarding of a prize to the best 12th grade student. We also carried out several initiatives to raise awareness of healthier living habits and to promote socio-cultural activities.

Externally, and jointly with public health entities, we supported the mobility of people in need of basic medical care.

No dia 12 de dezembro, a TST homenageou, pelo quinto ano consecutivo, os seus clientes de Setúbal com mais de 90 anos premiando o seu exemplo de perseverança na utilização dos transportes públicos.

Com o objetivo de destacar a mobilidade inclusiva, a TST ofereceu, a dezassete clientes com mais de 90 anos, passes gratuitos para a região de Setúbal, durante todo o ano de 2018. A homenagem de entrega dos passes anuais ocorreu na Casa da Baía, da Câmara Municipal de Setúbal, contando com a presença do Conselho de Administração da TST.

No que concerne às tecnologias de informação, foi iniciado um projeto piloto com a instalação de wi-fi nas viaturas de serviço público. Adicionalmente, procedeu-se à substituição de todo o hardware relativo ao SAE (Sistema de ajuda à exploração) na sequência da alteração da sua localização e consequente melhoria das condições de trabalho. De registar, também, o arranque do ONEARRIVA NET, um portal intranet disponível a todos os colaboradores do Grupo Arriva em todos os Países onde a Arriva está presente.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado da TST, decorreu em outubro de 2017 a auditoria de manutenção da certificação pelas Normas ISO 14001 e OHSAS 18001 bem como de transição da certificação segundo a Norma ISO 9001 da versão 2008 para a versão 2015. A APCER considerou estarem reunidas as condições para a manutenção da certificação da TST pelos 3 referenciais, qualidade, ambiente e segurança.

Verificou-se em 2017 um decréscimo de 36% no número de reclamações recebidas, com particular enfoque nos motivos carreira e motorista, o que é demonstrativo do esforço empreendido pela empresa na melhoria da qualidade do serviço prestado aos nossos clientes ao longo do ano.

Em 2017, a empresa apresentou um crescimento de receitas de serviço público, tendo o volume de negócios ascendido a € 43,1 milhões (€ 41,1 milhões em 2016 excluindo o valor da remuneração pela prestação do serviço público, que foi de € 2,3 milhões em 2016). Este crescimento foi reflexo do ligeiro aumento do número de passageiros, do forte crescimento verificado na atividade comercial de alugueres e do aumento tarifário de 1,5%, após dois anos consecutivos sem aumento. Os gastos operacionais mantiveram-se estáveis tendo-se verificado uma ligeira redução dos custos de manutenção, com a exceção dos gastos com o gasóleo que aumentaram € 1,4 milhões comparativamente ao período homólogo, este último decorrente do aumento de atividade (kms efetuados), do acréscimo do consumo médio por viatura, do aumento do preço e do ISP. Num ano marcado positivamente pelo aumento de passageiros e negativamente pelo não recebimento da compensação financeira pela prestação do serviço público, que em 2016 tinha sido de € 2,3 milhões, o EBITDA apresentou um valor positivo de € 2,4 milhões representando uma diminuição de 39,2%, menos € 1,6 milhões, face a igual período do ano anterior.

A nível do resultado operacional (resultados antes de encargos de financiamento e impostos), a empresa registou em 2017 um resultado operacional negativo de € 2,7 milhões, menos € 1 milhão do que em 2016. Salientamos ainda o elevado impacto no resultado dos custos "non-cash" (amortizações e imparidades) decorrentes do forte investimento realizado nos últimos anos em bilhética, tecnologias de apoio à exploração, renovação da frota e do goodwill cuja amortização ascende a € 1,3 milhões por ano.

In the area of education, we would highlight the partnership with the Qualification, Recognition, Validation and Certification of Skills programme and the dissemination of this measure to promote Youth-Employment.

TST renovated the Costa de Caparica terminal, with four of the walls becoming an urban art showcase. This initiative was carried out in cooperation with the ACUParte cultural association, with street artists Robô and Smile being the authors of the murals. With this initiative, TST wished to publicly recognize the importance of this type of art through this initiative while at the same time contributing to enriching the terminal, the surrounding area and the daily life of the people who visit or use the place.

On 12 December, for the fifth consecutive year, TST honoured its nonagenarian customers in Setúbal, rewarding their example of perseverance in their use of public transportation. TST offered these seventeen clients over 90 years of age free passes for the region of Setúbal throughout 2018 with the aim of highlighting inclusive mobility. The homage to the delivery of the annual transport passes took place in the Casa da Baía, of the Municipality of Setúbal, with the presence of the TST Board of Directors.

As far as information technologies are concerned, a pilot programme was started with the installation of wi-fi in public service vehicles. In addition, all the hardware related to the SAE (Sistema de Ajuda à Exploração) was replaced as a result of the change in its location and consequent improvement in working conditions. We would also highlight the launch of ONEARRIVA NET, an intranet portal available to all employees of the Arriva group in all Countries where Arriva operates.

In October 2017, as part of the TST Integrated Management System, the maintenance audit for the ISO 14001 and OHSAS 18001 Certifications was carried out, as well as the transition from the ISO 9001 certification from the 2008 version to the 2015 version. APCER considered that the conditions for the maintenance of the TST certification for the 3 reference areas, quality, environment and safety, were met.

In 2017, there was a decrease of 36% in the number of complaints received, with a particular focus on routes and drivers, which is a demonstration of the effort undertaken by the company to improve the quality of service provided to our customers throughout the year.

In 2017, the company reported a growth in public service revenues, with a turnover of €43.1 million (€41.1 million in 2016 excluding the value of the remuneration for public service provision for comparative purposes, which was €2.3 million in 2016). This growth reflected the slight increase in the number of passengers, the sturdy growth in private hire activity and the 1.5% tariff increase after two consecutive years without an increase. Operating costs remained stable, with some reduction in maintenance costs, except diesel fuel which increased by €1.4 million compared to the equivalent period, the latter resulting from the increase in activity (kms), average consumption per vehicle, price increase and fuel taxes.

Os resultados financeiros continuam a beneficiar da redução da dívida e de taxas de juro baixas.

O total do investimento realizado em 2017 foi de € 3,4 milhões (2016: € 2,6 milhões) dos quais € 2,9 milhões dizem respeito à aquisição de autocarros em segunda mão, no mercado externo, para remodelação parcial da frota.

Por deliberação em Assembleia Geral realizada em 22 de maio de 2017, foi solicitada à Acionista única Arriva Transportes da Margem Sul, S.A o aumento do capital próprio no valor de 4.275.000,00 euros a título de prestações acessórias efetuadas em dinheiro.

Mantendo-se um cenário de previsão de crescimento económico no país e de continuação da tendência de crescimento do número de passageiros, o principal risco da atividade está associado à implementação da reestruturação da rede, iniciativa fundamental para a sustentabilidade da empresa no curto e médio prazo.

Os riscos financeiros mais relevantes a que a TST se encontra exposta são o risco de liquidez ou de *funding*, risco de preço das matérias primas em particular do gasóleo e o risco de taxa de juro.

A política financeira do Grupo DB estabelece um conjunto de objetivos de gestão do risco de flutuação do preço do gasóleo e de flutuação de taxas de juro, entre outros riscos financeiros, que permite a gestão efetiva do negócio da empresa à luz da tendência de preços a médio e longo prazo.

O Grupo DB segue uma política de financiamento interno às empresas do grupo pelo que o endividamento atual da TST é proveniente integralmente da casa-mãe. Além do crédito disponível junto do Grupo, a TST dispõe de linhas de crédito, pontualmente utilizadas durante 2017, em bancos locais que considera relevantes na gestão da dívida e do risco de liquidez no curto, médio e longo prazo.

Encontra-se ainda incluído no plano de auditoria interna do Grupo DB, a auditoria às atividades, sistemas e processos da instituição que permitem avaliar a adequação e a eficácia dos vários sistemas de controlo interno implementados, de acordo com as boas práticas internacionais e o normativo estabelecido para o Grupo.

2 | Perspetivas Futuras

Em janeiro de 2018 o preço dos transportes públicos voltou a aumentar, algo que acontece pelo segundo ano consecutivo. O governo aprovou uma percentagem máxima de aumento médio de 2% sendo que a atualização a aplicar a cada título de transporte não pode ser superior a 2,5%. Relativamente ao passe multimodal o IMT determinou um aumento de apenas 1,4%. De acordo com o Orçamento de Estado, estima-se que o valor da inflação em 2018 aponte para 1,4%.

Perspetiva-se também que programa Social+, destinado aos clientes com baixos rendimentos ou inseridos em agregados familiares que auferiram rendimentos reduzidos, seja extensível ao resto do país ainda em 2018. Atualmente o Passe Social+, atribui reduções tarifárias de 50% (para o escalão A) e de 25% (para o escalão B) no âmbito do sistema de títulos intermodais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

In a year positively marked by an increase in passengers, EBIT-DA presented a positive value of €2.4 million, representing a decrease of 39.2%, €1.6 million less compared to the same period of the previous year.

In terms of operating result (earnings before interests and taxes), the company recorded a negative operating result of €2.7 million in 2017, €1 million less than in 2016. We would also highlight the considerable impact on non-cash costs (amortization and impairments) resulting from the strong investment made in recent years on ticketing, operational support technologies, fleet renewal and goodwill amortization which rose to €1.3 million per year.

Financial results continue to benefit from lower debt and lower interest rates.

Total investment made in 2017 was € 3.4 million (2016: € 2.7 million), of which € 2.9 million related to the acquisition of second-hand buses in the foreign market to partially renew the fleet.

By resolution of the Shareholders' Meeting held on 22 May 2017, the sole shareholder Arriva Transportes da Margem Sul was requested to inject € 4,275,000.00 of supplementary capital in the form of cash..

Maintaining a scenario of forecast economic growth in the country and continuing the growth trend in passengers, the main activity risk is associated with the implementation of the network restructuring, a fundamental initiative for the sustainability of the company in the short and medium term.

The most significant financial risks to which TST is exposed are the liquidity or funding risk, the risk of raw materials, in particular diesel fuel, and the interest rate risk.

The DB Group's financial policy establishes a set of risk management objectives for the fluctuation of the fuel price and fluctuation of interest rates, among other financial risks, which enables the effective management of the business of the company in the light of medium and long-term prices.

The DB Group follows a policy of internal financing to the group companies so that the current indebtedness of TST comes entirely from the parent company. In addition to the credit available to the Group, TST has lines of credit, used at times during 2017, at local banks that it considers important in the management of debt and short- and medium-long term liquidity risk.

Also included in the internal audit plan of the DB Group is the audit of the institution's activities, systems and processes which can assess the suitability and effectiveness of the various internal control systems implemented, in accordance with best international and regulatory practices established for the Group.

Confirma-se a subida do ISP, no início de 2018, em meio cêntimo por litro. Não se esperam mais aumentos em 2018.

O regime de gasóleo profissional para o transporte de mercadorias, em vigor no país desde 1 de janeiro de 2017 continua a não abranger os transportadores de passageiros. É uma das legítimas aspirações do setor e um caso único na Europa. Neste regime, o gasóleo profissional tem um desconto de 13 cêntimos face ao gasóleo normal.

Apesar da subida do preço do barril de petróleo verificado no início de 2018, segundo os analistas a cotação deverá manter-se nos 70 dólares, um máximo desde dezembro de 2014.

De salientar que as estimativas mais recentes são de que o Produto Interno Bruto (PIB) português cresça à volta dos 2,3% em 2018 e 1,9% em 2019, impulsionado pelas exportações, pelo investimento e num enquadramento internacional favorável. Apesar do abrandamento relativo a 2017, estas estimativas colocam o país a crescer acima da média da zona euro.

Ainda segundo as estimativas, o desempenho da economia portuguesa irá produzir impactos positivos no mercado de trabalho. O crescimento do consumo continuará sólido, suportado pela descida da taxa de desemprego (7,8% em 2018, 6,7% em 2019 e 6,1% em 2020) e por um mais forte crescimento dos salários. A inflação deverá fixar-se em 1,5% em 2018, 1,4% em 2019 e 1,6% em 2020.

Relativamente à construção do novo aeroporto no Montijo e segundo indicação do Governo, a decisão final relativamente à construção do aeroporto deverá acontecer no segundo semestre de 2018, sendo que falta ainda concluir os estudos de impacto ambiental, o que deverá acontecer no início de 2018.

Inserido na área geográfica onde a TST opera, perspetiva-se que este novo projeto venha garantir que os números recordes do turismo dos últimos anos não ficam prejudicados com a falta de capacidade do aeroporto de Lisboa. A obra está prevista iniciar-se em 2019 e ficar concluída em 2021, de acordo com o memorando de entendimento assinado entre o Governo português e a ANA Aeroportos de Portugal S.A, contribuindo para uma nova etapa no desenvolvimento da margem sul.

Uma nota de destaque para economia digital e a importância da tecnologia na forma preponderante como está a influenciar o aparecimento de novos negócios e novas soluções de mobilidade. A entrada de novos operadores proveniente de setores tradicionais como sendo a indústria automóvel ou as infraestruturas rodoviárias com soluções de mobilidade suportadas em ferramentas digitais revela a necessidade dos clientes em conseguirem planejar, executar e pagar a sua viagem de forma completamente desmaterializada. Um alerta para os operadores tradicionais incumbentes que terão também de se manter na linha da frente no digital para ir de encontro às necessidades dos seus clientes

Para fazer face aos desafios, num setor caracterizado pela evolução tecnológica, digitalização, exigência e satisfação dos nossos clientes a par com o rigoroso controlo dos custos do serviço, importa assumir uma abordagem orientada para a antecipação de oportunidades. A TST está particularmente atenta à evolução dos hábitos de mobilidade dos consumidores, à necessidade de adaptar ou criar novos modelos de negócio e, por conseguinte, gerar competitividade e criação de valor sustentável a longo prazo.

2 | Future Prospects

In January 2018 the price of public transport increased again, something which happened for the second consecutive year. The government approved an average maximum increase of 2% being that a ticket can never increase more than 2.5%. According to the state budget, the value of inflation in 2018 is estimated at 1.4%. According to the State Budget, the prevision for the inflation in 2018 is 1.4%.

It is also envisaged that the Social+ program, intended for low-income users or low-income households, will be extended to the rest of the country in 2018. Currently, the Social+ Transport Pass grants tariff reductions of 50% (for level A) and 25% (for level B) under the intermodal transport passes system for the metropolitan areas of Lisbon and Porto.

The rise of the fuel tax (ISP), at the beginning of 2018, was confirmed at half a cent per litre. No further increases are expected in 2018.

The professional diesel fuel regime for the transportation of goods in force in the country since 1 January 2017 does not covers passenger carriers. This is one of the legitimate aspirations of the sector and a unique case in Europe. Under this scheme, professional diesel fuel has a discount of 13 cents compared to normal diesel fuel.

Despite the rise in the price of a barrel of oil at the beginning of 2018, according to analysts the price is expected to remain at 70 dollars, a maximum since December 2014.

It should be noted that the most recent estimates are that the Portuguese Gross Domestic Product (GDP) will grow around 2.3% in 2018 and 1.9% in 2019, boosted by exports, investment and a favourable international environment. Despite the slowdown relative to 2017, these estimates put the country's growth at above the euro area average.

According to estimates, the performance of the Portuguese economy will produce positive impacts on the labour market. Consumption growth will continue solid, supported by a decline in the unemployment rate (7.8% in 2018, 6.7% in 2019 and 6.1% in 2020) and stronger wage growth. Inflation should establish itself at 1.5% in 2018, 1.4% in 2019 and 1.6% in 2020.

Regarding the construction of the new airport in Montijo and according to indication by the government, the final decision regarding the construction of the airport should take place in the second half of 2018 and it is still necessary to complete the environmental impact studies, which is expected to happen in early 2018.

Located within the geographical area where TST operates, it is expected that this new project ensures that the record tourist numbers in recent years will not be hampered by the lack of capacity of the Lisbon airport. Work is expected to begin in 2019 and be completed in 2021, according to the memorandum of understanding signed by the Portuguese Government and ANA Aeroportos de Portugal S.A., contributing to a new stage in the development of the south bank.

3 | Referências

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da Empresa, designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

O Conselho de Administração expressa também o seu reconhecimento aos colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados neste exercício.

Por fim agradece ao acionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrado ao longo do corrente ano.

4 | Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido Negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de €2.983.808,62, seja transferido para Resultados Transitados.

A note highlighting the digital economy and the importance of technology in the key role it has in influencing the emergence of new businesses and new mobility solutions. The entry of new operators from traditional sectors such as the automobile industry or road infrastructure with mobility solutions supported by digital tools has shown the interest of customers to be able to plan, carry out and pay for their trip in a completely non-material way. An alert for traditional incumbent operators who will also have to stay on the digital front line to meet the needs of their customers.

To meet the challenges, in a sector characterized by technological evolution, digitalization and the demand and satisfaction of our customers along with the strict control of the costs of the service, it is important to take an approach guided by anticipating opportunities. TST is particularly attentive to developments in consumer mobility habits, the need to adapt or create new business models and therefore to generate competitiveness and the creation of long-term sustainable value.

3 | References

The Board of Directors appreciates the contribution made by all those who have collaborated in the development of the company's activity, particularly customers, suppliers, consultants, financial institutions and other public and private entities. Management also expresses its appreciation to the company's employees, whose effort, dedication and competence have contributed to the results achieved in this financial year.

Finally, thanks to the shareholder and our recognition of the incentive, accompaniment and support shown by it during the current year.

4 | Proposed Distribution of Earnings

Pursuant to subparagraph f) of paragraph 5 of article 66 of the Portuguese Commercial Company Law Code and in accordance with the Company's By-laws, we hereby propose that the Net Losses for the year ended 31 December 2017, amounting to €2,983,808.62, be transferred to Retained Earnings.

Laranjeiro, 29 de março de 2018 | Laranjeiro, 29 March 2018

A ADMINISTRAÇÃO | THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

| ATIVO | Notas | períodos findos em 31 de dezembro | |
|--|-------|-----------------------------------|----------------------|
| | | 2017 | 2016 |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 19 672 304,77 | 19 888 076,11 |
| Ativos intangíveis | 7 | 11 342 261,63 | 12 748 594,00 |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial | 8 | 4 272,08 | 27 209,38 |
| Outros investimentos financeiros | 8 | 119 829,12 | 119 829,12 |
| Créditos a receber | | 137 053,50 | 87 750,14 |
| Ativos por impostos diferidos | 9 | 1 777 027,08 | 1 737 352,17 |
| | | 33 052 748,18 | 34 608 810,92 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 10 | 262 533,87 | 246 483,38 |
| Clientes | 11 | 1 463 177,29 | 1 400 391,43 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 425 942,92 | 510 690,01 |
| Outros créditos a receber | 13 | 8 560 481,84 | 10 474 549,69 |
| Diferimentos | 14 | 138 399,32 | 126 743,66 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 1 093 097,27 | 703 153,43 |
| | | 11 943 632,51 | 13 462 011,60 |
| Total do ativo | | 44 996 380,69 | 48 070 822,52 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital subscrito | 15 | 5 719 810,00 | 5 719 810,00 |
| Outros instrumentos de capital próprio | 15 | 10 525 000,00 | 6 250 000,00 |
| Reservas legais | 15 | 1 410 437,11 | 1 410 437,11 |
| Resultados transitados | | (1 735 434,38) | 414 407,45 |
| Ajustamentos/outras variações no capital próprio | 16 | 797 003,51 | 1 152 646,86 |
| Resultado líquido do período | | (2 983 808,62) | (2 149 841,83) |
| Total do capital próprio | | 13 733 007,62 | 12 797 459,59 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 17 | 543 217,82 | 634 613,90 |
| Financiamentos obtidos | 18 | 3 928 600,00 | 5 801 400,00 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 21 | 363 843,00 | 457 076,12 |
| Outras dívidas a pagar | 20 | 2 531 388,12 | 2 634 639,41 |
| | | 7 367 048,94 | 9 527 729,43 |
| Corrente | | | |
| Provisões | 17 | 1 734 397,71 | 4 000 000,00 |
| Fornecedores | 19 | 4 905 021,10 | 3 814 488,42 |
| Adiantamentos de clientes | | 1 956,52 | 2 160,33 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 1 015 622,71 | 1 023 864,73 |
| Financiamentos obtidos | 18 | 11 372 800,00 | 12 072 800,00 |
| Outras dívidas a pagar | 20 | 4 295 070,78 | 4 256 734,48 |
| Diferimentos | 14 | 571 455,31 | 575 585,54 |
| | | 23 896 324,13 | 25 745 633,50 |
| Total do passivo | | 31 263 373,07 | 35 273 362,93 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 44 996 380,69 | 48 070 822,52 |

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

BALANCE SHEET PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2017

| | Notes | 2017 | 2016 |
|--|-------|-----------------------------|-----------------------------|
| ASSETS | | | |
| Non-Current | | | |
| Tangible fixed assets | 6 | 19 672 304,77 | 19 888 076,11 |
| Intangible assets | 7 | 11 342 261,63 | 12 748 594,00 |
| Investments - Equity method | 8 | 4 272,08 | 27 209,38 |
| Other financial investments | 8 | 119 829,12 | 119 829,12 |
| Loans granted | | 137 053,50 | 87 750,14 |
| Deferred tax assets | 9 | 1 777 027,08 | 1 737 352,17 |
| | | <u>33 052 748,18</u> | <u>34 608 810,92</u> |
| Current | | | |
| Inventories | 10 | 262 533,87 | 246 483,38 |
| Trade debtors | 11 | 1 463 177,29 | 1 400 391,43 |
| State and other public entities | 12 | 425 942,92 | 510 690,01 |
| Other receivables | 13 | 8 560 481,84 | 10 474 549,69 |
| Deferrals | 14 | 138 399,32 | 126 743,66 |
| Cash and bank deposits | 4 | 1 093 097,27 | 703 153,43 |
| | | <u>11 943 632,51</u> | <u>13 462 011,60</u> |
| Total assets | | <u>44 996 380,69</u> | <u>48 070 822,52</u> |
| EQUITY | | | |
| Share capital | 15 | 5 719 810,00 | 5 719 810,00 |
| Supplementary | 15 | 10 525 000,00 | 6 250 000,00 |
| Legal reserves | 15 | 1 410 437,11 | 1 410 437,11 |
| Retained earnings | | (1 735 434,38) | 414 407,45 |
| Other variations in equity | 16 | 797 003,51 | 1 152 646,86 |
| Net result for the period | | (2 983 808,62) | (2 149 841,83) |
| Total equity | | <u>13 733 007,62</u> | <u>12 797 459,59</u> |
| LIABILITIES | | | |
| Non-current | | | |
| Provisions | 17 | 543 217,82 | 634 613,90 |
| Borrowings | 18 | 3 928 600,00 | 5 801 400,00 |
| Liabilities for post-employment benefits | 21 | 363 843,00 | 457 076,12 |
| Other payables | 20 | 2 531 388,12 | 2 634 639,41 |
| | | <u>7 367 048,94</u> | <u>9 527 729,43</u> |
| Current | | | |
| Provisions | 17 | 1 734 397,71 | 4 000 000,00 |
| Trade creditors | 19 | 4 905 021,10 | 3 814 488,42 |
| Advances from clients | | 1 956,52 | 2 160,33 |
| State and other public entities | 12 | 1 015 622,71 | 1 023 864,73 |
| Borrowings | 18 | 11 372 800,00 | 12 072 800,00 |
| Other payables | 20 | 4 295 070,78 | 4 256 734,48 |
| Deferrals | 14 | 571 455,31 | 575 585,54 |
| | | <u>23 896 324,13</u> | <u>25 745 633,50</u> |
| Total liabilities | | <u>31 263 373,07</u> | <u>35 273 362,93</u> |
| Total equity and liabilities | | <u>44 996 380,69</u> | <u>48 070 822,52</u> |

The accompanying notes are an integral part of the balance sheet for the period ended 31 December 2017

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | Períodos findos em 31 de dezembro de | |
|---|-------|--------------------------------------|-----------------------|
| | | 2017 | 2016 |
| Serviços prestados | 22 | 43 051 559,97 | 41 129 204,19 |
| Subsídios à exploração | 23 | - | 2 250 842,17 |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos | 8 | 45 385,27 | 63 777,79 |
| Trabalhos para a própria entidade | 24 | 217 485,07 | 114 997,43 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 10 | (12 207 215,85) | (10 934 466,40) |
| Fornecimentos e serviços externos | 25 | (7 351 854,75) | (7 363 900,11) |
| Gastos com o pessoal | 26 | (22 043 141,46) | (21 754 220,03) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 10 | (3 966,48) | (2 595,94) |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 11,13 | (245,60) | 6 122,70 |
| Provisões (aumentos/reduções) | 17 | (204 652,71) | (447 884,94) |
| Outros rendimentos | 27 | 1 406 829,34 | 1 498 487,97 |
| Outros gastos | 28 | (466 359,57) | (539 487,18) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 2 443 823,23 | 4 020 877,65 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 6,7 | (5 158 915,58) | (5 775 552,44) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | (2 715 092,35) | (1 754 674,79) |
| Juros e gastos similares suportados | 29 | (231 567,12) | (284 661,14) |
| Resultado antes de impostos | | (2 946 659,47) | (2 039 335,93) |
| Imposto sobre o rendimento do período | 30 | (37 149,15) | (110 505,90) |
| Resultado líquido do período | | (2 983 808,62) | (2 149 841,83) |
| Resultado por ação básico | | (2,61) | (1,88) |

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
 Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
 José Manuel de Sá Guimarães
 Luís de Almada Guedes Machado
 Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

PROFIT AND LOSS STATEMENT

| | | Notes | 2017 | 2016 |
|---|-------|-------|-----------------------|-----------------------|
| REVENUES AND COSTS | | | | |
| Services rendered | 22 | | 43 051 559,97 | 41 129 204,19 |
| Subsidies | 23 | | - | 2 250 842,17 |
| Gains/losses allocated to subsidiaries, joint ventures and associated | 8 | | 45 385,27 | 63 777,79 |
| Capitalization of own costs | 24 | | 217 485,07 | 114 997,43 |
| Cost of goods sold | 10 | | (12 207 215,85) | (10 934 466,40) |
| External services | 25 | | (7 351 854,75) | (7 363 900,11) |
| Staff costs | 26 | | (22 043 141,46) | (21 754 220,03) |
| Impairment of inventories (losses/reversals) | 10 | | (3 966,48) | (2 595,94) |
| Impairment of receivables (losses/reversals) | 11,13 | | (245,60) | 6 122,70 |
| Provisions (increases/decreases) | 17 | | (204 652,71) | (447 884,94) |
| Other operating revenues and gains | 27 | | 1 406 829,34 | 1 498 487,97 |
| Other operating costs and losses | 28 | | (466 359,57) | (539 487,18) |
| Profit before depreciations, financial costs and taxes | | | 2 443 823,23 | 4 020 877,65 |
| Costs/reversals of depreciations and amortizations | 6,7 | | (5 158 915,58) | (5 775 552,44) |
| Operating profit (before financial costs and taxes) | | | (2 715 092,35) | (1 754 674,79) |
| Interests and similar expenses | 29 | | (231 567,12) | (284 661,14) |
| Profit before tax | | | (2 946 659,47) | (2 039 335,93) |
| Income tax for the period | 30 | | (37 149,15) | (110 505,90) |
| Net profit for the period | | | (2 983 808,62) | (2 149 841,83) |
| Earnings per share | | | (2,61) | (1,88) |

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2017.

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

| | Notas | Capital Subscrito | Outros Instrumentos de capital | Reservas legais | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|---|-------|----------------------|--------------------------------------|---------------------|---------------------------|--|------------------------------------|--------------------------------|
| Em 1 de janeiro de 2016 | | 5 719 810,00 | 6 250 000,00 | 1 410 437,11 | 919 600,44 | 1 383 150,86 | (373 368,99) | 15 309 629,42 |
| Alterações no período | | | | | | | | |
| Subsídio ao investimento | 16 | - | - | - | - | (467 520,00) | - | (467 520,00) |
| Ajustamento a subsídio (efeito fiscal) | | - | - | - | (131 824,00) | 237 016,00 | - | 105 192,00 |
| Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2015 | | - | - | - | (373 368,99) | - | 373 368,99 | - |
| | | - | - | - | (505 192,99) | (230 504,00) | (362 328,00) | (362 328,00) |
| Resultado líquido do período | | | | | | | (2 149 841,83) | (2 149 841,83) |
| Resultado Integral | | | | | | | (2 149 841,83) | (2 149 841,83) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 15,16 | 5 719 810,00 | 6 250 000,00 | 1 410 437,11 | 414 407,45 | 1 152 646,86 | (2 149 841,83) | 12 797 459,59 |
| Em 1 de janeiro de 2017 | | 5 719 810,00 | 6 250 000,00 | 1 410 437,11 | 414 407,45 | 1 152 646,86 | (2 149 841,83) | 12 797 459,59 |
| Alterações no período | | | | | | | | |
| Subsídio ao investimento | 16 | - | - | - | - | (458 894,64) | - | (458 894,64) |
| Ajustamento a subsídio (efeito fiscal) | 16 | - | - | - | - | 103 251,29 | - | 103 251,29 |
| Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2016 | | - | - | - | (2 149 841,83) | - | 2 149 841,83 | - |
| | | - | - | - | (2 149 841,83) | (355 643,35) | (2 983 808,62) | (2 983 808,62) |
| Resultado líquido do período | | | | | | | (2 983 808,62) | (2 983 808,62) |
| Resultado Integral | | | | | | | (2 983 808,62) | (2 983 808,62) |
| Operações com detentores de capital no período | | | | | | | | |
| Realização de prestações acessórias | 15 | - | 4 275 000,00 | - | - | - | - | 4 275 000,00 |
| | | - | 4 275 000,00 | - | - | - | - | 4 275 000,00 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 15,16 | 5 719 810,00 | 10 525 000,00 | 1 410 437,11 | (1 735 434,38) | 797 003,51 | (2 983 808,62) | 13 733 007,62 |

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

EQUITY STATEMENT FOR THE PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2017

| | Notes | Share capital | Supplementary | Legal reserves | Retained earnings | Other variation in equity | Net Result for the equity | Total do equity |
|---|-------|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Balance at 1 January 2016 | | 5 719 810,00 | 6 250 000,00 | 1 410 437,11 | 919 600,44 | 1 383 150,86 | (373 368,99) | 15 309 629,42 |
| Investment subsidy | 16 | - | - | - | - | (467 520,00) | - | (467 520,00) |
| Fiscal effect on investment subsidy | | - | - | - | (131 824,00) | 237 016,00 | - | 105 192,00 |
| Application of the net profit for the period ended 31 December 2015 | | - | - | - | (373 368,99) | - | 373 368,99 | - |
| | | - | - | - | (505 192,99) | (230 504,00) | 373 368,99 | (362 328,00) |
| Profit/(loss) for the period | | | | | | | (2 149 841,83) | (2 149 841,83) |
| Comprehensive Income | | | | | | | (2 149 841,83) | (2 149 841,83) |
| Balance as at 31 December 2016 | 15,16 | 5 719 810,00 | 6 250 000,00 | 1 410 437,11 | 414 407,45 | 1 152 646,86 | (2 149 841,83) | 12 797 459,59 |
| Balance at 1 January 2017 | | 5 719 810,00 | 6 250 000,00 | 1 410 437,11 | 414 407,45 | 1 152 646,86 | (2 149 841,83) | 12 797 459,59 |
| Movements in the year | | | | | | | | |
| Investment subsidy | 16 | - | - | - | - | (458 894,64) | - | (458 894,64) |
| Fiscal effect on investment subsidy | 16 | - | - | - | - | 103 251,29 | - | 103 251,29 |
| Application of the net profit for the period ended 31 December 2016 | | - | - | - | (2 149 841,83) | - | 2 149 841,83 | - |
| | | - | - | - | (2 149 841,83) | (355 643,35) | 2 149 841,83 | (355 643,35) |
| Profit/(loss) for the period | | | | | | | (2 983 808,62) | (2 983 808,62) |
| Comprehensive Income | | | | | | | (2 983 808,62) | (2 983 808,62) |
| Transactions with shareholders | 15 | | | | | | | |
| Realization of supplementary | | - | 4 275 000,00 | - | - | - | - | - |
| | | - | 4 275 000,00 | - | - | - | - | - |
| Balance as at 31 December 2017 | 15,16 | 5 719 810,00 | 10 525 000,00 | 1 410 437,11 | (1 735 434,38) | 797 003,51 | (2 983 808,62) | 13 733 007,62 |

The accompanying notes are an integral part of the equity statement for the period ended 31 December 2017.

THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| | | Períodos findos em 31 de dezembro | |
|--|-------|-----------------------------------|-----------------|
| | Notas | 2017 | 2016 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 46 158 357,69 | 45 443 444,72 |
| Pagamentos a fornecedores | | (24 653 210,36) | (22 932 378,12) |
| Pagamentos ao pessoal | | (22 271 649,43) | (21 861 366,76) |
| Caixa gerada pelas operações | | (766 502,10) | 649 699,84 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (158 510,99) | (120 498,69) |
| Outros recebimentos/pagamentos | 4 | 2 182 954,33 | 1 351 639,17 |
| Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1) | | 1 257 941,24 | 1 880 840,32 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | (2 538 627,01) | (2 848 818,08) |
| Ativos intangíveis | | - | - |
| | | (2 538 627,01) | (2 848 818,08) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 66 367,50 | 123 000,00 |
| | | 66 367,50 | 123 000,00 |
| Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2) | | (2 472 259,51) | (2 725 818,08) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | - | 2 750 000,00 |
| Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão | 15 | 4 275 000,00 | |
| Outras operações de financiamento | | 171,90 | 35 183,16 |
| | | 4 275 171,90 | 2 785 183,16 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (2 572 800,00) | (2 772 800,00) |
| Juros e gastos similares | | (98 109,99) | (96 714,35) |
| | | (2 670 909,99) | (2 869 514,35) |
| Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3) | | 1 604 261,91 | (84 331,19) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3) | | | |
| | | 389 943,64 | (929 308,95) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | - | - |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 703 153,43 | 1 632 462,38 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 4 | 1 093 097,07 | 703 153,43 |

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Marco Giovanni Piuri (presidente)
António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

CASH FLOW STATEMENT

| | | Period ended 31 December | |
|---|-------|--------------------------|-----------------------|
| | Notes | 2017 | 2016 |
| Cash Flow from operating activities | | | |
| Received from customers | | 46 158 357,69 | 45 443 444,72 |
| Payed to suppliers | | (24 653 210,36) | (22 932 378,12) |
| Payed to staff | | (22 271 649,43) | (21 861 366,76) |
| Cash generated from operations | | (766 502,10) | 649 699,84 |
| Income tax paid/received | | (158 510,99) | (120 498,69) |
| Other receivements/payments | 4 | 2 182 954,33 | 1 351 639,17 |
| Net cash flows from operating activities (1) | | 1 257 941,24 | 1 880 840,32 |
| Cash flow from investment activities | | | |
| Payments related to: | | | |
| Tangible fixed assets | | (2 538 627,01) | (2 848 818,08) |
| Intangible assets | | - | - |
| | | (2 538 627,01) | (2 848 818,08) |
| Received from: | | | |
| Investment related subsidies | | 66 367,50 | 123 000,00 |
| | | 66 367,50 | 123 000,00 |
| Net cash flow from investment activities (2) | | (2 472 259,51) | (2 725 818,08) |
| Cash flow from financing activities | | | |
| Received from: | | | |
| Borrowings | | - | 2 750 000,00 |
| Capital Increases, Supplementary Benefits and Emission Premiums | 15 | 4 275 000,00 | - |
| Interest earned | | 171,90 | 35 183,16 |
| | | 4 275 171,90 | 2 785 183,16 |
| Payments related to: | | | |
| Borrowings | | (2 572 800,00) | (2 772 800,00) |
| Interests and similar expenses | | (98 109,99) | (96 714,35) |
| | | (2 670 909,99) | (2 869 514,35) |
| Net cash flow from financing activities (3) | | 1 604 261,91 | (84 331,19) |
| Cash variation and its equivalents (1 + 2 + 3) | | | |
| Foreign exchange effects equivalents | | 389 943,64 | (929 308,95) |
| Cash and its equivalents in the beginning of the period | | 703 153,43 | 1 632 462,38 |
| Cash and its equivalents and the end of the period | 4 | 1 093 097,07 | 703 153,43 |

The accompanying notes are an integral part of the statement of cash flows for the period ended 31 December 2017

THE BOARD OF DIRECTORS
Marco Giovanni Piuri (president)
Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimarães
Luís de Almada Guedes Machado
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT
Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

4 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Finantial Statements

1 | Introdução

A.T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA, [referida neste documento como “TST”, ou “Empresa”) com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, SA. A Empresa tem por objeto principal o transporte público de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, Covas & Filhos, Lda. e Transro – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA com sede, igualmente, na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. | Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas nos termos do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e Portaria 220/2015 de 24 de julho, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) publicadas nos avisos do Ministério das Finanças números 8256/2015 e 8258/2015, ambos de 29 de julho de 2015, que constituem no seu conjunto o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no

valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. | Derrogação das disposições do SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. | Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua generalidade, comparáveis com os do ano anterior.

3 | Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo e, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

Apesar da Empresa ter vindo a apresentar resultados líquidos negativos e fluxos de caixa operacionais e de investimento também negativos, é convicção da Administração que as medidas de reestruturação da rede e do negócio e o continuado apoio financeiro do Grupo Deutsche Bahn permitirá a continuidade das operações.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. | Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da TST e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros sendo esta a moeda funcional.

3.2. | Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no ativo, acrescendo ao custo inicial de aquisição.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, para os ativos fixos tangíveis mais significativos:

| | Anos |
|--------------------------------|--------------------|
| Edifícios e outras construções | Entre 10 e 25 anos |
| Equipamento básico | Entre 6 e 8 anos |
| Equipamento de transporte | 4 anos |
| Equipamento administrativo | Entre 4 e 8 anos |
| Outros ativos fixos tangíveis | Entre 4 e 8 anos |

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos ativos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. | Ativos intangíveis

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que refere que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A TST determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente:

(a) Goodwill resultante da diferença apurada no processo de

fusão realizado no exercício de 2001 (ver Nota 1 e 7), entre o valor de aquisição e os justos valores dos ativos e passivos das empresas objeto de fusão. De acordo com as NCRF em vigor, o Goodwill passou a partir do exercício de 2016 a ser amortizado numa base de quotas constantes durante 10 anos;

(b) Obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, com início em 1 de janeiro de 2006. Este ativo intangível, no valor de € 2.300 milhares, é amortizado numa base de quotas constantes durante este período;

(c) Programas de computador. Os programas de computador são amortizados numa base de quotas constantes a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

3.4. | Imparidade de ativos

A Empresa realiza testes de imparidade no final de cada ano sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indicem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o Goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. | Investimentos em entidades associadas

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, com os necessários ajustes para os justos valores dos ativos

e passivos adquiridos. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

3.6. | Inventários

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.7. | Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos possam não ser recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8. | Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. | Capital

O capital corresponde ao capital subscrito nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

3.10. | Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos

financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) entre outros.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguiu, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expirada.

3.11. | Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por um período de, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. | Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos pelo método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e as respetivas quantias escrituradas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos ativos por impostos diferidos ou na data de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que sejam gerados lucros tributários futuros que permitam a utilização das diferenças temporárias geradas ou prejuízos fiscais dedutíveis. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre a totalidade das diferenças temporárias tributáveis.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura

e regista o imposto corrente sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual, por contrapartida de uma conta a receber (crédito de imposto) a/pagar à Arriva Investimentos SGPS, S.A.

Os impostos que a Empresa estima poder vir a recuperar no futuro, por via da dedução nos impostos que venham a ser apurados a nível do RETGS, são reconhecidos a título de crédito de imposto sob a forma de ativos por impostos diferidos.

3.13. | Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que se encontravam em situação de reforma à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém de uma entidade independente, um estudo atuarial a 31 de dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

3.14. | Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação i) presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos para pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se para o efeito, uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.15. | Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios e outras compensações

recebidas do Estado Português pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante a vida útil dos ativos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. | Locações

As locações de ativos fixos tangíveis relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de locação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa detém apenas bens adquiridos em regime de locação operacional.

3.17. | Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificados como tal.

3.18. | Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes (que não os vendidos a bordo dos autocarros) são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transação fluem para a Empresa. Os bilhetes vendidos a bordo são reconhecidos na data da venda.

Os rendimentos relacionados com as receitas da venda de passes a utilizar no período seguinte são reconhecidos no mês em que os serviços são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

3.19. | Matérias ambientais

A TST efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases e gestão de resíduos (i.e. óleos). No entanto, não é expectável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos.

Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período em que são incorridos.

3.20. | Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 | Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por outras empresas do sector.

3.20.2 | Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos

dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

3.20.3 | Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto do reconhecimento ou divulgação, tais como sinistros ocorridos. A determinação do grau de probabilidade de a Empresa vir a assumir quaisquer responsabilidades, bem como o montante de recursos necessários para o pagamento dessas obrigações exige a realização de análise e avaliação cuidadas.

3.20.4 | Ativos por impostos diferidos

A determinação e o registo de ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras depende da capacidade da Empresa gerar, ela própria e a nível da aplicação do RETGS, lucros tributáveis futuros suficientes que permitam a materialização desses ativos, o que exige um melhor julgamento do Conselho de Administração quanto à sua realização, suportada em orçamentos e previsões económicas, de médio e longo prazo, conservadores e razoáveis.

4 | Fluxos de caixa

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------------|-------------------|
| Numerário | | |
| Caixa | 169 581,72 | 137 203,81 |
| Depósitos bancários | | |
| Depósitos à ordem | 923 515,55 | 565 949,62 |
| Caixa e equivalentes de caixa (ativo) | 1 093 097,27 | 703 153,43 |

A Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

5 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 | Alterações nas políticas contabilísticas

Não foram introduzidas alterações às políticas constantes das NCRF em vigor em 31 de dezembro de 2017, sendo os principais saldos e transações evidenciados nas demonstrações financeiras comparáveis, em todos os aspetos significativos, com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

5.2 | Alterações voluntárias em políticas e estimativas contabilísticas

Durante o período de apresentação das demonstrações financeiras de 2017, a Empresa não procedeu voluntariamente a alterações nas suas políticas e estimativas contabilísticas.

5.3 | Erros materiais de períodos anteriores

A avaliação realizada pela Administração às demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, não revelou a existência de erros com referência a períodos anteriores.

6 | Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros activos fixos tangíveis | Activos fixos tangíveis em curso | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | | | |
| Em 1 de Janeiro de 2016 | 2 977 898,98 | 7 456 874,68 | 48 223 367,83 | 619 497,22 | 547 224,36 | 4 817 029,36 | 1 924 263,57 | 66 566 156,00 |
| Aquisições | - | - | 549 251,40 | 41 800,00 | 51 978,33 | 57 718,02 | 1 901 594,09 | 2 602 341,84 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Abates | - | (12 711,86) | (2 718 365,37) | (21 891,90) | (12 470,00) | (13 698,50) | - | (2 779 137,63) |
| Transferências | - | - | 1 040 204,28 | - | - | 754 067,29 | (1 794 271,57) | - |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 2 977 898,98 | 7 444 162,82 | 47 094 458,14 | 639 405,32 | 586 732,69 | 5 615 116,17 | 2 031 586,09 | 66 389 360,21 |
| Aquisições | - | 101 341,04 | 1 814 316,31 | 122 226,93 | 57 648,97 | 22 608,50 | 1 322 340,07 | 3 440 481,82 |
| Alienações | - | - | (2 145 187,02) | - | - | (555,62) | - | (2 145 742,64) |
| Abates | - | - | (17 763,27) | - | (110 761,04) | - | - | (128 524,31) |
| Transferências | - | 75 367,71 | 1 715 117,52 | - | - | 205 300,86 | (1 995 786,09) | - |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 2 977 898,98 | 7 620 871,57 | 48 460 941,68 | 761 632,25 | 533 620,62 | 5 842 469,91 | 1 358 140,07 | 67 555 575,08 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | | |
| Em 1 de Janeiro de 2016 | - | 4 406 183,10 | 36 313 815,93 | 455 974,76 | 504 983,96 | 3 241 571,25 | - | 44 922 529,00 |
| Depreciações do exercício | - | 251 885,59 | 3 370 912,82 | 68 581,01 | 29 019,16 | 549 955,80 | - | 4 270 354,38 |
| Alienações | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Abates | - | (12 711,86) | (2 640 155,44) | (21 891,90) | (12 470,00) | (4 370,08) | - | (2 691 599,28) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | - | 4 645 356,83 | 37 044 573,31 | 502 663,87 | 521 533,12 | 3 787 156,97 | - | 46 501 284,10 |
| Depreciações do exercício | - | 252 078,92 | 2 753 297,44 | 79 921,79 | 27 785,86 | 524 897,73 | - | 3 637 981,74 |
| Alienações | - | - | (2 127 031,05) | - | - | (555,62) | - | (2 127 586,67) |
| Abates | - | - | (17 763,27) | - | (110 645,59) | - | - | (128 408,86) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | - | 4 897 435,75 | 37 653 076,43 | 582 585,66 | 438 673,39 | 4 311 499,08 | - | 47 883 270,31 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2016 | 2 977 898,98 | 2 798 805,99 | 10 049 884,83 | 136 741,45 | 65 199,57 | 1 827 959,20 | 2 031 586,09 | 19 888 076,11 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2017 | 2 977 898,98 | 2 723 435,82 | 10 807 865,25 | 179 046,59 | 94 947,23 | 1 530 970,83 | 1 358 140,07 | 19 672 304,77 |

Os valores da rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

Activos fixos tangíveis em curso

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------------|---------------------|
| Equipamento básico - viaturas em preparação | 1 130 595,04 | 1 715 117,52 |
| Obras em edifícios e outras construções | 160 828,25 | 77 667,71 |
| Gisfrota | - | 33 500,00 |
| Outros activos fixos tangíveis: | | |
| Iluminação p/equipamento | - | 83 071,36 |
| Depósitos de gasóleo | - | 50 000,00 |
| Portico de lavagem | - | 48 887,50 |
| Instalação Eléctrica | 42 377,78 | - |
| Outros | 24 339,00 | 23 342,00 |
| | 1 358 140,07 | 2 031 586,09 |

As aquisições ocorridas no exercício de 2017 correspondem, fundamentalmente, à compra de autocarros para renovação da frota, no valor de € 2.845 milhares (2016: € 2.264 milhares).

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados € 33.500 de ativos fixos tangíveis para ativos fixos intangíveis (ver Nota 7).

7 | Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

| | Goodwill | Projectos de desenvolvimento | Programas de computador | Outros activos intangíveis | Ativos intangíveis em curso | Total |
|--|----------------------|------------------------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2016 | 13 290 166,10 | 15 000,00 | 117 003,58 | 2 407 018,97 | 83 591,25 | 15 912 779,90 |
| Aquisições | - | - | 3 389,00 | - | 66 841,75 | 70 230,75 |
| Tranferências | - | - | (51 382,03) | 51 382,03 | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 13 290 166,10 | 15 000,00 | 69 010,55 | 2 458 401,00 | 150 433,00 | 15 983 010,65 |
| Aquisições | - | - | 41 101,47 | - | 73 500,00 | 114 601,47 |
| Tranferências | - | - | 33 500,00 | - | (33 500,00) | - |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 13 290 166,10 | 15 000,00 | 143 612,02 | 2 458 401,00 | 190 433,00 | 16 097 612,12 |
| Amortizações acumuladas | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2016 | - | 15 000,00 | 73 253,70 | 1 640 964,90 | - | 1 729 218,59 |
| Amortizações do exercício | 1 329 016,58 | - | 23 001,48 | 153 180,00 | - | 1 505 198,06 |
| Abates | - | - | (51 382,03) | 51 382,03 | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 1 329 016,58 | 15 000,00 | 44 873,15 | 1 845 526,93 | - | 3 234 416,65 |
| Amortizações do exercício | 1 329 016,56 | - | 38 737,28 | 153 180,00 | - | 1 520 933,84 |
| Transferências e abates | - | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 2 658 033,14 | 15 000,00 | 83 610,43 | 1 998 706,93 | - | 4 755 350,49 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2016 | 11 961 149,52 | - | 24 137,40 | 612 874,07 | 150 433,00 | 12 748 594,00 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2017 | 10 632 132,96 | - | 60 001,59 | 459 694,07 | 190 433,00 | 11 342 261,63 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram transferidos € 33.500 de ativos fixos tangíveis para ativos intangíveis, relacionados com aquisição de programas de computador (ver Nota 6).

Até 31 de dezembro de 2015 o Goodwill não era amortizado, estando sujeito a testes de imparidade, numa base anual. A partir de 1 de janeiro de 2016, com a alteração das NCRF, o Goodwill passou a ser amortizado por um período de 10 anos (ver Nota 3.3).

Teste de imparidade ao Goodwill

Com a alteração ao SNC, deixou de ser obrigatório a realização de teste anual de imparidade ao Goodwill, na medida em que este passou a ser objeto de amortização (ver Nota 3.3). A exigência do teste de imparidade ocorre apenas quando há indícios de imparidade à data do balanço. Embora seja convicção da Administração de que não há indícios de imparidade à data do balanço, foi realizado teste de imparidade tal como em anos anteriores.

Para efeitos do teste, o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócios, com base no plano de negócios preliminar da

Gestão para o período de 2018 a 2022, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

- Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2018 a 2022 a Empresa utilizou o plano de negócios preliminar a 5 anos;
- Considerada uma vida finita de 30 anos nos cash flows descontados, por se considerar ser esse o período médio dos contratos de concessão estabelecidos para as empresas do Grupo onde a TST está inserida;
- A taxa de desconto utilizada foi de 8% (2016: 8%).

8 | Investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de Participações Financeiras foram os seguintes:

| | Método de equivalência patrimonial | Custo de aquisição |
|--|------------------------------------|--------------------|
| Participações financeiras | | |
| Em 1 de janeiro de 2016 | 39 077,64 | 119 829,12 |
| Aquisições | - | - |
| Método de equivalência patrimonial | (11 868,26) | - |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 27 209,38 | 119 829,12 |
| Aquisições | - | - |
| Método de equivalência patrimonial | (22 937,30) | - |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 4 272,08 | 119 829,12 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2016 | 27 209,38 | 119 829,12 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2017 | 4 272,08 | 119 829,12 |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

| | | 2017 | | | |
|---|--------|--------------------|----------------------|-------------|------------------------|
| | Sede | Capital Próprio | Resultado líquido | % detida | Quantia escriturada |
| Subsidiárias (ao custo de aquisição) | | | | | |
| Otlis, ACE | Lisboa | 1 672 077,85 | 492 245,83 | 14,28 | 47 118,86 |
| Salvador Caetano, SA | Porto | n.d. | n.d. | 0,70 | 61 825,00 |
| Ameseixal | Seixal | 174 337,33 | 1 451,17 | - | 906,90 |
| Ageneal | Almada | n.d. | n.d. | - | 8 978,36 |
| S.Energia Barreiro e Moita | Moita | 237 995,54 | 23 410,88 | - | 1 000,00 |
| | | | | | <u>119 829,12</u> |
| Associadas (pelo método de equivalência patrimonial) | | | | | |
| Rodinform, SA | Lisboa | (82 727,48) | (80 727,48) | 20,00 | <u>4 272,08</u> |

| | | 2016 | | | |
|---|--------|--------------------|----------------------|-------------|------------------------|
| | Sede | Capital Próprio | Resultado líquido | % detida | Quantia escriturada |
| Subsidiárias (ao custo de aquisição) | | | | | |
| Otlis, ACE | Lisboa | 1 358 089,98 | 478 257,96 | 14,28 | 47 118,86 |
| Salvador Caetano, SA | Porto | n.d. | n.d. | 0,70 | 61 825,00 |
| Ameseixal | Seixal | 172 886,16 | 1 614,96 | - | 906,90 |
| Ageneal | Almada | 314 136,44 | 50 724,40 | - | 8 978,36 |
| S.Energia Barreiro e Moita | Moita | n.d. | n.d. | - | 1 000,00 |
| | | | | | <u>119 829,12</u> |
| Associadas (pelo método de equivalência patrimonial) | | | | | |
| Rodinform, SA | Lisboa | 136 046,91 | (70 012,32) | 20,00 | <u>27 209,38</u> |

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa reconheceu como ganho na demonstração dos resultados, na rubrica “ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, a quota-parte do resultado apurado pela Otlis, ACE, em 2017, referente ao exercício de 2016, no montante de € 68.322,57 (2016: € 75.646,05). No mesmo exercício, foi ainda reconhecida uma perda de € 22.937,30 (2016: € 11.868,26) decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida no Capital da Rodinform, S.A.

9 | Ativos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

| | 2017 | | 2016 | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Base | Imposto diferido | Base | Imposto diferido |
| Perdas por imparidade e provisões: | | | | |
| - Ajustamentos de dívidas de clientes e outros devedores e outras provisões | 1 033 472,91 | 232 531,40 | 1 218 839,71 | 274 238,93 |
| - Indemnizações compensatórias | 1 734 397,71 | 390 239,48 | 4 000 000,00 | 900 000,00 |
| Prejuízos fiscais do exercício de 2012 | - | - | 176 373,35 | 37 038,40 |
| Prejuízos fiscais do exercício de 2014 | 563 225,33 | 118 277,32 | 563 225,33 | 118 277,32 |
| Prejuízos fiscais do exercício de 2015 | 356 006,18 | 74 761,30 | 356 006,18 | 74 761,30 |
| Prejuízos fiscais do exercício de 2016 | 1 702 297,85 | 357 482,55 | 1 585 886,74 | 333 036,22 |
| Prejuízos fiscais do exercício de 2017 | 2 874 928,70 | 603 735,03 | - | - |
| | <u>8 264 328,68</u> | <u>1 777 027,08</u> | <u>7 900 331,31</u> | <u>1 737 352,17</u> |

O impacto dos movimentos, em balanço, na rubrica de Ativos por impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como segue:

Impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | Ativos por impostos diferidos | Ativos por impostos diferidos |
| Em 1 de Janeiro | 1 737 352,17 | 1 773 350,89 |
| Movimentos do exercício | | |
| | (551 468,05) | 30 755,53 |
| | 591 142,96 | (66 754,25) |
| Efeito em Resultados (ver Nota 30) | 39 674,91 | (35 998,72) |
| Em 31 de dezembro | 1 777 027,08 | 1 737 352,17 |

10 | Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Bens e materiais de consumo | 267 533,87 | 251 483,38 |
| Imparidade de inventários | (5 000,00) | (5 000,00) |
| | 262 533,87 | 246 483,38 |

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 das perdas por imparidade de inventários apresentam-se como segue:

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Em 1 de Janeiro | 5 000,00 | 5 000,00 |
| Movimentos do período | | |
| Aumentos | 3 966,48 | 2 595,94 |
| Reversão | - | - |
| Por Resultados | 3 966,48 | 2 595,94 |
| Utilizações | (3 966,48) | (2 595,94) |
| Por balanço | (3 966,48) | (2 595,94) |
| Em 31 de Dezembro | 5 000,00 | 5 000,00 |

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado como segue:

| | Bens e materiais de consumo | |
|--|-----------------------------|----------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Saldo inicial | 251 483,38 | 278 854,91 |
| Compras | 12 223 848,69 | 10 912 579,22 |
| Regularizações | (582,35) | (5 484,35) |
| Saldo final | (267 533,87) | (251 483,38) |
| Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas | 12 207 215,85 | 10 934 466,40 |

11 | Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

| | 2017 | | |
|-------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Saldo bruto | Perdas por Imparidade | Saldo líquido |
| Dividas correntes: | | | |
| Clientes gerais | 1 463 177,29 | - | 1 463 177,29 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 105 181,71 | (105 181,71) | - |
| | 1 568 359,00 | (105 181,71) | 1 463 177,29 |
| | 2016 | | |
| | Saldo bruto | Perdas por Imparidade | Saldo líquido |
| Dividas correntes: | | | |
| Clientes gerais | 1 400 391,43 | - | 1 400 391,43 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 102 932,54 | (102 932,54) | - |
| | 1 503 323,97 | (102 932,54) | 1 400 391,43 |

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes dos serviços de transporte prestados no âmbito da atividade da Empresa.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Em 1 de Janeiro | 102 932,54 | 108 469,94 |
| Movimentos do período: | | |
| Efeito na demonstração dos resultados | | |
| Reforços | 5 210,00 | 8 200,50 |
| Reversões | (2 960,83) | (13 737,90) |
| | 2 249,17 | (5 537,40) |
| Em 31 de Dezembro | 105 181,71 | 102 932,54 |

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------------|---------------------|
| Ativos correntes | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"): | | |
| A recuperar | 148 228,49 | 195 269,55 |
| Reembolsos pedidos | 277 714,43 | 315 420,46 |
| | 425 942,92 | 510 690,01 |
| Passivos correntes | | |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS") | 289 645,23 | 303 386,34 |
| Contribuições para a Segurança Social | 711 977,48 | 706 478,39 |
| Outros impostos | 14 000,00 | 14 000,00 |
| | 1 015 622,71 | 1 023 864,73 |

13 | Outros créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

| 2017 | | | | |
|--|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | Corrente | Não corrente | Imparidades | Total |
| Adiantamentos a pessoal | | | | |
| Pessoal | 57 791,47 | - | - | 57 791,47 |
| Outros devedores | | | | |
| Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1) | 6 930 411,13 | - | - | 6 930 411,13 |
| Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2) | 347 380,15 | - | - | 347 380,15 |
| Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3) | 589 718,69 | - | (586 427,43) | 3 291,26 |
| Seguradoras (4) | 90 084,99 | - | - | 90 084,99 |
| Empresas do Grupo (5) | 359 572,47 | - | - | 359 572,47 |
| Outros (6) | 1 156 635,87 | - | (384 685,50) | 771 950,37 |
| | 9 473 803,30 | - | (971 112,93) | 8 502 690,37 |
| | 9 531 594,77 | - | (971 112,93) | 8 560 481,84 |

| 2016 | | | | |
|--|----------------------|--------------|---------------------|----------------------|
| | Corrente | Não corrente | Imparidades | Total |
| Adiantamentos a pessoal | | | | |
| Pessoal | 58 668,82 | - | - | 58 668,82 |
| Outros devedores | | | | |
| Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1) | 9 074 010,13 | - | - | 9 074 010,13 |
| Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2) | 187 766,64 | - | - | 187 766,64 |
| Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3) | 616 867,49 | - | (589 465,12) | 27 402,37 |
| Seguradoras (4) | 79 425,68 | - | - | 79 425,68 |
| Empresas do Grupo (5) | 263 499,43 | - | - | 263 499,43 |
| Outros (6) | 1 167 428,43 | - | (383 651,81) | 783 776,62 |
| | 11 388 997,80 | - | (973 116,93) | 10 415 880,87 |
| | 11 447 666,62 | - | (973 116,93) | 10 474 549,69 |

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira e à repartição das receitas do multimodal estimada a receber do Estado, pela obrigação tarifária imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referentes aos anos de 2014 a 2016. A redução de € 2.143.599 face ao valor registado em 31 de dezembro de 2016, resultou da ratificação dos montantes pagos pelo Estado, relativos às compensações financeiras dos anos de 2012 e 2013. O valor acima correspondia à diferença entre os valores estimados a receber do Estado para aqueles anos e os valores recebidos do Estado, os quais se encontravam ainda sujeitos a revisão. Encontrava-se registado no passivo uma provisão de igual montante para fazer face ao eventual desvio entre os valores estimados a receber e os valores recebidos (ver Nota 17).

(2) O valor de € 347.380,15 (2016: € 187.766,64) é respeitante à comparticipação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT), pelo desconto efectuado no segundo semestre de 2017 nos passes 4_18 e Sub_23 para estudantes e Social+, destinados a agregados familiares com rendimentos reduzidos.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efetuar entre os diversos operadores relativamente às receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) O montante de € 90.084,99 registado na rubrica de Seguradoras reflete os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos gastos são suportados pelas Companhias de Seguros.

(5) O valor a receber de Empresas do Grupo, corresponde a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") (PEC), entregues à Arriva Investimentos, SGPS, por via da aplicação do RETGS (ver Nota 3.12), no montante de € 309.848,39 (2016: € 248.708,67), e a faturação emitida à Arriva PLC no valor de € 49.724,08 (ver Nota 33).

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores inclui fundamentalmente (i) o valor de € 311.533,43 (2016: € 311.533,43) relativo a prestação de serviços de publicidade nos autocarros, o qual de acordo com a NCRF 12 se encontra em imparidade e (ii) valores a receber de agentes no montante de € 542.311,71 (2016: € 482.810,22), referentes à venda de passes realizada na última semana de 2017 e disponíveis para uso somente no período seguinte. O rendimento associado aos mesmos foi diferido em balanço em 31 de dezembro de 2017 (ver Nota 14).

A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Em 1 de Janeiro | 973 116,93 | 1 002 009,81 |
| Movimentos do período | | |
| Reversão | (2 003,57) | (585,30) |
| Aumento | - | - |
| Por Resultados | (2 003,57) | (585,30) |
| Utilização | (0,43) | (28 307,58) |
| Por balanço | (0,43) | (28 307,58) |
| Em 31 de Dezembro | 971 112,93 | 973 116,93 |

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa tem registado nas rubricas de "Diferimentos", no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Rendas pagas | 66 670,00 | 66 670,00 |
| Seguros pagos | 47 135,98 | 26 720,46 |
| Outros gastos a reconhecer | 24 593,34 | 33 353,20 |
| | 138 399,32 | 126 743,66 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| Titulos TST | 567 821,48 | 575 354,66 |
| Outros | 3 633,83 | 230,88 |
| | 571 455,31 | 575 585,54 |

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito a passes sociais vendidos, cuja utilização será efetuada no período seguinte. Parte da receita com a venda de passes sociais vendidos pelos agentes nos últimos dias de dezembro de 2017, no montante de € 542.311,71, foi recebida apenas no período seguinte (ver Nota 13).

15 | Capital e reservas legais

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 ações com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2017 é como segue:

| Entidade | % | Valor |
|--------------------------------------|-------------|---------------------|
| Arriva Transportes da Margem Sul, SA | 100% | 5 719 810,00 |
| | 100% | 5 719 810,00 |

Reservas legais

Nos termos da lei, a Empresa deve constituir reservas legais num montante mínimo de 20% do capital. Nos períodos apresentados as reservas legais (€ 1.410.437) já representam mais de um quinto do capital realizado, pelo que a Empresa não está obrigada a efetuar qualquer reforço das mesmas. Estas reservas só poderão ser utilizadas para aumentar capital ou compensar prejuízos.

Outros instrumentos de capital próprio

A Assembleia Geral realizada em 22 de maio de 2017, deliberou que a acionista única efetuasse prestações acessórias, no montante de €4.275.000, realizadas em dinheiro, as quais ficam sujeitas ao regime das prestações suplementares de capital.

As prestações acessórias, no montante total de € 10.525.000 em 31 de dezembro de 2017, só poderão ser restituídas mediante deliberação do acionista, desde que o capital próprio, após reembolso, não fique inferior à soma do capital e das reservas legais.

16 | Outras variações no capital próprio

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis:

Subsídios do Governo

| Subsídio | 2017 | | | | |
|--|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------------------|-------------------------|
| | Montante atribuído | Montante recebido | Montante por receber | Rédito do período (ver Nota 27) | Subsídio por reconhecer |
| Subsídios relacionados com ativos: | | | | | |
| - Para aquisição de frota | 460 000,00 | 460 000,00 | - | 11 999,96 | 9 587,82 |
| - Para aquisição de equipamento de bilhética | 2 585 513,76 | 2 585 513,76 | - | 323 189,31 | 942 081,20 |
| - Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real | 1 065 570,00 | 1 065 570,00 | - | 123 705,67 | 76 722,61 |
| - Outros | 246 582,47 | 246 582,47 | - | - | - |
| | 4 357 666,23 | 4 357 666,23 | - | 458 894,94 | 1 028 391,63 |
| Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver Nota 20) | | | | | (231 388,12) |
| | | | | | 797 003,51 |
| Variação do ano | | | | | (355 643,35) |

| Subsídio | 2016 | | | | |
|--|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------------------|-------------------------|
| | Montante atribuído | Montante recebido | Montante por receber | Rédito do período (ver Nota 27) | Subsídio por reconhecer |
| Subsídios relacionados com ativos: | | | | | |
| - Para aquisição de frota | 460 000,00 | 460 000,00 | - | 20 625,04 | 21 034,27 |
| - Para aquisição de equipamento de bilhética | 2 585 513,76 | 2 585 513,76 | - | 323 189,31 | 1 265 825,00 |
| - Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real | 1 065 570,00 | 1 065 570,00 | - | 123 705,67 | 200 427,00 |
| - Outros | 246 582,47 | 246 582,47 | - | - | - |
| | 4 357 666,23 | 4 357 666,23 | - | 467 520,02 | 1 487 286,27 |
| Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver Nota 20) | | | | | (334 639,41) |
| | | | | | 1 152 646,86 |
| Variação do ano | | | | | (230 054,00) |

17 | Provisões

A evolução das provisões para os períodos apresentados, é como segue:

| | Corrente | | | Não Corrente | | | Total |
|---|------------------------------|---------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|
| | Indemnizações compensatórias | Outras provisões | Total | Franquias | Outras provisões | Total | |
| Em 1 de janeiro de 2016 | 3 750 000,00 | - | 3 750 000,00 | 439 611,29 | 110 000,00 | 549 611,29 | 4 299 611,29 |
| Movimentos do período | | | | | | | |
| Impacto na demonstração dos resultados | | | | | | | |
| Aumentos | - | 250 000,00 | 250 000,00 | 272 116,92 | 15 768,02 | 287 884,94 | 537 884,94 |
| Reversões | - | - | - | (90 000,00) | - | (90 000,00) | (90 000,00) |
| | - | 250 000,00 | 250 000,00 | 182 116,92 | 15 768,02 | 197 884,94 | 447 884,94 |
| Utilizações | - | - | - | (97 114,31) | (15 768,02) | (112 882,33) | (112 882,33) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 3 750 000,00 | 250 000,00 | 4 000 000,00 | 524 613,90 | 110 000,00 | 634 613,90 | 4 634 613,90 |
| Em 1 de janeiro de 2016 | 3 750 000,00 | 250 000,00 | 4 000 000,00 | 524 613,90 | 110 000,00 | 634 613,90 | 4 634 613,90 |
| Movimentos do período | | | | | | | |
| Impacto na demonstração dos resultados | | | | | | | |
| Aumentos | - | 95 000,00 | 95 000,00 | 279 689,58 | - | 279 689,58 | 374 689,58 |
| Reversões | - | - | - | (147 291,74) | (22 745,13) | (170 036,87) | (170 036,87) |
| | - | 95 000,00 | 95 000,00 | 132 397,84 | (22 745,13) | 109 652,71 | 204 652,71 |
| Utilizações | (2 143 599,00) | (217 003,29) | (2 360 602,29) | (193 793,92) | (7 254,87) | (201 048,79) | (2 561 651,08) |
| | (2 143 599,00) | (122 003,29) | (2 265 602,29) | (61 396,08) | (30 000,00) | (91 396,08) | (2 356 998,37) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 1 606 401,00 | 127 996,71 | 1 734 397,71 | 463 217,82 | 80 000,00 | 543 217,82 | 2 277 615,53 |

Considerando a incerteza existente relativamente aos valores finais a receber pela Empresa, relativamente às indemnizações compensatórias e repartição das receitas do multimodal relacionadas com o serviço público de transporte de passageiros (ver Nota 13), prestado até ao ano de 2016, embora considere ter direito à totalidade do valor, a Administração decidiu, numa base de prudência, registar uma provisão no montante de € 1.606.401 (2016: € 3.750.000), para cobrir parte da compensação estimada receber referente ao período entre 2014 e 2016.

Apesar do despacho nº 15146-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjuntos do Tesouro e das Finanças e do Ambiente ter vindo a clarificar as regras gerais de cálculo das compensações financeiras, o facto de o apuramento do valor atribuído pelo Estado no ano de 2016 ainda não estar concluído e a Empresa ter contestado a metodologia aplicada ao período de 2014 a 2016, a provisão foi classificada no passivo corrente e mensurada pelo valor nominal. A variação no ano da provisão, no valor de € 2.143.599, corresponde à anulação da diferença entre o valor estimado receber em 2012 e 2013 e o valor efetivamente recebido e considerado como definitivo (ver Nota 13).

Com a clarificação das regras de cálculo das compensações financeiras introduzidas pelo Despacho acima referido, a Empresa passou a registar, a partir de 2017 as receitas do multimodal, com base nessas regras, não tendo estimado qualquer valor a receber ou a devolver relacionado com a compensação financeira de 2017.

18 | Financiamentos obtidos

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------------|----------------------|
| Não corrente | | |
| Outros financiamentos - empresas do grupo | 3 928 600,00 | 5 801 400,00 |
| | 3 928 600,00 | 5 801 400,00 |
| Corrente | | |
| Outros financiamentos - empresas do grupo | 11 372 800,00 | 12 072 800,00 |
| | 11 372 800,00 | 12 072 800,00 |
| Total (ver Nota 33) | 15 301 400,00 | 17 874 200,00 |

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------|---------------------|---------------------|
| Não corrente | | |
| 1 a 2 anos | 1 616 100,00 | 1 872 800,00 |
| 2 a 3 anos | 1 530 000,00 | 1 616 100,00 |
| 3 a 4 anos | 682 500,00 | 1 530 000,00 |
| 4 a 5 anos | 100 000,00 | 682 500,00 |
| mais de 5 anos | - | 100 000,00 |
| | 3 928 600,00 | 5 801 400,00 |

A Empresa tem ainda negociado com as instituições bancárias com quem trabalha as seguintes linhas de crédito para apoio da Tesouraria:

- (i) Conta corrente no Santander Totta com limite de € 2.000.000,00
- (ii) Linha de crédito no BPI com limite de € 1.500.000,00

À data do balanço nenhuma destas linhas se encontrava utilizada.

19 | Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

| Descrição | 2017 | 2016 |
|--|---------------------|---------------------|
| Fornecedores gerais | 4 773 248,16 | 3 725 092,14 |
| Fornecedores grupo (ver nota 34) | 111 853,81 | 78 451,67 |
| Fornecedores - facturas em receção e conferência | 19 919,13 | 10 944,61 |
| | 4 905 021,10 | 3 814 488,42 |

20 | Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe das rubricas de Outras dívidas a pagar é como segue:

| | 2017 | | | 2016 | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Fornecedores investimentos | | | | | | |
| Fornecedores gerais | i) 198 887,54 | - | 198 887,54 | 629 135,23 | - | 629 135,23 |
| Fornecedores grupo (ver Notas 3.3 e 34) | - | 2 300 000,00 | 2 300 000,00 | - | 2 300 000,00 | 2 300 000,00 |
| | 198 887,54 | 2 300 000,00 | 2 498 887,54 | 629 135,23 | 2 300 000,00 | 2 929 135,23 |
| Credores por acréscimos de gastos | | | | | | |
| Remunerações a pagar | ii) 2 955 685,06 | - | 2 955 685,06 | 2 850 642,50 | - | 2 850 642,50 |
| Outras contas a pagar | iii) 189 792,30 | 231 388,12 | 421 180,42 | 171 449,87 | 334 639,41 | 506 089,28 |
| | 3 145 477,36 | 231 388,12 | 3 376 865,48 | 3 022 092,37 | 334 639,41 | 3 356 731,78 |
| Empresas do Grupo | 118 227,58 | - | 118 227,58 | 119 312,50 | - | 119 312,50 |
| | 118 227,58 | - | 118 227,58 | 119 312,50 | - | 119 312,50 |
| Credores diversos | iv) 832 478,30 | - | 832 478,30 | 486 194,38 | - | 486 194,38 |
| Outras dívidas a pagar | 4 295 070,78 | 2 531 388,12 | 6 826 458,90 | 4 256 734,48 | 2 634 639,41 | 6 891 373,89 |

i) Fornecedores gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, obras de beneficiação em edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros ativos.

ii) Remunerações a pagar - passivo corrente - refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento no período seguinte.

iii) Outras contas a pagar - credores diversos por acréscimos de gastos. O saldo registado no passivo não corrente, no valor de € 231.388,12 (2016: € 334.639,41), corresponde ao ajustamento a subsídios de investimento relacionados com o efeito fiscal futuro (ver Nota 16).

iv) Credores diversos – compreende, fundamentalmente, a valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados €565.075,00 (2016: € 379.886) e regularizações de trabalhos relacionados com sinistros de viaturas € 168.742,00 (2016: €109.456,00).

v) Empresas do Grupo inclui fundamentalmente valor de IRC (tributações autónomas) a entregar à Arriva Investimentos, SGPS, S.A. no âmbito da aplicação no RETGS, no valor de € 76.824,00 (2016: € 74.507,00) (ver Nota 3.12 e 30).

21 | Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos atuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------------------------|-------------------|
| Tábua de Mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Taxa de desconto | 2,40% | 1,20% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0,00% | 0,00% |
| Número de pagamentos de rendas | 13 vezes ao ano | |
| Metodologia de cálculo das pensões em pagamento | rendas vitalícias imediatas | |
| | 2017 | 2016 |
| Obrigações no balanço de pensões | 363 843,00 | 457 076,12 |
| Gastos nas demonstração dos resultados de pensões (ver Nota 26) | (37 987,63) | 17 164,69 |

Foi ainda efetuado um teste de sensibilidade, considerando uma variação de menos de 1% e mais de 1% na taxa de desconto indicada (2,40%), o que resulta em responsabilidade por serviços passados entre os € 384.470,00 e os € 345.226,00, respetivamente.

22 | Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------------|----------------------|
| Serviços regulares de transporte de passageiros | | |
| Bilhetes | 14 153 071,22 | 13 405 582,78 |
| Passes sociais | 22 032 609,16 | 21 542 445,33 |
| Serviços de aluguer de autocarros de passageiros | 6 620 910,79 | 5 987 480,26 |
| Outros | 244 968,80 | 193 695,82 |
| | 43 051 559,97 | 41 129 204,19 |

23 | Subsídios à exploração

Esta rubrica compreende fundamentalmente à estimativa de compensações financeiras a receber do Estado, pela prestação de serviço público de transporte de passageiros. Não foram consideradas estimativas de compensações financeiras a receber relativamente a 2017 (2016: € 2.250.842,00) (ver Nota 13 e 17).

24 | Trabalhos para a própria Empresa

Esta rubrica compreende trabalhos efetuados nas oficinas da Empresa relacionados com a preparação de viaturas de transporte de passageiros, adquiridos em estado de uso, com vista à sua utilização na atividade corrente. Em 31 de dezembro de 2017 o montante desta rubrica ascende a € 217.485,00 (2016: € 114.997,00).

25 | Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------------|---------------------|
| Subcontratos | 33 393,86 | 59 159,10 |
| Serviços especializados | | |
| Conservação e reparação (i) | 2 647 617,76 | 2 663 375,65 |
| Trabalhos especializados (ii) | 635 680,65 | 723 439,69 |
| Comissões | 370 960,87 | 356 272,96 |
| Vigilância e segurança | 259 902,05 | 221 008,39 |
| Publicidade e propaganda | 80 880,88 | 76 609,80 |
| Honorários | 18 714,51 | 36 904,08 |
| | 4 013 756,72 | 4 077 610,57 |
| Materiais | | |
| Energia e fluidos | 244 173,78 | 205 057,41 |
| Deslocações, estadas e transportes | 75 061,60 | 70 832,37 |
| Serviços diversos | | |
| Rendas e alugueres (iii) | 1 070 917,47 | 1 108 641,75 |
| Portagens | 771 844,35 | 714 457,53 |
| Seguros | 581 580,26 | 591 709,18 |
| Limpeza, higiene e conforto | 152 820,91 | 182 239,25 |
| Comunicação | 114 959,32 | 107 489,24 |
| | 2 692 122,31 | 2 704 536,95 |
| Outros | 293 346,48 | 246 703,71 |
| | 7 351 854,75 | 7 363 900,11 |

i) Conservação e reparação: refere-se fundamentalmente a reparações e preparações efetuadas nos autocarros da frota comercial.

ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

26 | Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2017 e 2016 foram como segue:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Remunerações | | |
| Administração | 395 775,84 | 376 126,23 |
| Pessoal | 17 246 562,47 | 17 025 347,61 |
| | <u>17 642 338,31</u> | <u>17 401 473,84</u> |
| Outros gastos | | |
| Encargos sobre remunerações | 3 807 644,79 | 3 940 438,92 |
| Indemnizações por cessação trabalho | 125 000,00 | 73 000,00 |
| Pensões (ver Nota 21) | (37 987,63) | 17 164,69 |
| Gastos de ação social | 50 401,45 | 49 228,21 |
| Outros | 455 744,54 | 272 914,37 |
| | <u>4 400 803,15</u> | <u>4 352 746,19</u> |
| | <u>22 043 141,46</u> | <u>21 754 220,03</u> |

O número médio de empregados da Empresa em 2017 foi de 967 (2016: 973)

27 | Outros rendimentos operacionais

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Rendimentos suplementares | 516 662,12 | 417 989,66 |
| Sinistros com viaturas | 291 209,44 | 342 385,93 |
| Utilização do subsídio ao investimento (ver Nota 16) | 458 894,64 | 467 520,00 |
| Ganhos em alienação de ativos tangíveis | 58 650,38 | 67 490,07 |
| Descontos de pronto pagamento | 29 503,01 | 40 268,27 |
| Outros rendimentos | 51 909,75 | 162 831,97 |
| | <u>1 406 829,34</u> | <u>1 498 485,90</u> |

Os Rendimentos Suplementares em 31 de dezembro de 2017 compreendem, fundamentalmente, os encargos debitados a terceiros (Grupo DB) no valor de € 183.369,02 (2016: € 174.380,77), as cedências de combustível de € 93.994,17 (2016: € 90.771,87) e anúncios de publicidade no valor de € 53.439,50 (2016: € 59.270,90).

28 | Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de outros custos operacionais é apresentado como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 34 493,41 | 55 191,00 |
| Multas fiscais e não fiscais e penalidades | - | 2 383,88 |
| Perdas em inventários | 5 757,26 | 8 206,94 |
| Sinistros com viaturas | 166 100,85 | 194 902,32 |
| Dívidas incobráveis | 310,60 | 4 805,16 |
| Impostos e taxas | 96 683,99 | 86 459,79 |
| Outros gastos | 163 013,46 | 187 538,09 |
| | <u>466 359,57</u> | <u>539 487,18</u> |

29 | Juros e gastos similares

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2017 e 2016 decompõem-se como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Juros suportados de | | |
| Financiamentos obtidos de empresas do grupo | 226 508,00 | 284 648,50 |
| Financiamentos bancários | 5 059,12 | 12,64 |
| | <u>231 567,12</u> | <u>284 661,14</u> |

A rubrica de Financiamentos obtidos de empresas do Grupo inclui juros pagos e despesas associadas aos financiamentos concedidos pela Deutsche Bahn Mobility, nos montantes de € 197.015,40 e € 29.492,60 (2016: € 247.520,56 e € 37.127,94).

30 | Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido registados prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações fiscais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Ainda de acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 poderão ser deduzidos a lucros tributáveis apurados nos 12 anos subsequentes. Os prejuízos fiscais apurados no exercício de 2017 podem ser deduzidos nos 5 anos posteriores. Os prejuízos fiscais reportados, poderão ser deduzidos, até ao limite máximo de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O Orçamento de Estado para 2017 veio introduzir alteração quanto à obrigatoriedade da dedução dos prejuízos fiscais se efetuar por ordem cronológica (ou seja, a utilização do FIFO), podendo a Empresa optar sobre quais os prejuízos fiscais a deduzir em cada exercício.

O imposto sobre o rendimento do período, reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 decompõe-se como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------------------|----------------------------|
| Capital próprio | | |
| Ajustamento a subsídios de investimento (ver Nota 16) | (103 251,29) | (105 192,00) |
| | <u>(103 251,29)</u> | <u>(105 192,00)</u> |
| Demonstração dos resultados | | |
| Imposto diferido (ver Nota 9) | (39 674,91) | 35 998,72 |
| Ajustamento a subsídios de investimento | - | - |
| Imposto corrente (ver Nota 20) | 76 824,06 | 74 507,18 |
| | <u>37 149,15</u> | <u>110 505,90</u> |

As taxas de imposto adotadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|--------|--------|
| Taxa nominal de imposto | | |
| IRC | 21,00% | 21,00% |
| Derrama sobre o lucro tributável | 1,50% | 1,50% |

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa apresentava os seguintes prejuízos fiscais passíveis de dedução a lucros tributáveis futuros:

| Ano | Valor | Ano limite para a sua dedução |
|------|---------------------|-------------------------------|
| 2014 | 616 697,36 | 2026 |
| 2015 | 406 476,75 | 2027 |
| 2016 | 2 431 854,07 | 2028 |
| 2017 | 4 107 041,00 | 2022 |
| | <u>7 562 069,18</u> | |

A Empresa reconheceu apenas ativos por impostos diferidos sobre uma parte dos prejuízos fiscais reportáveis (ver Nota 9), até ao ponto em que estima que os restantes prejuízos fiscais não serão passíveis de utilização dentro do prazo máximo permitido para a sua dedução.

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Resultado antes de Impostos | (2 946 659,47) | (2 039 335,93) |
| Diferenças permanentes: | (975 014,73) | (716 615,18) |
| Diferenças temporárias: | (185 366,80) | 324 097,04 |
| Lucro tributável/prejuízo fiscal | <u>(4 107 041,00)</u> | <u>(2 431 854,07)</u> |
| Utilização dos prejuízos fiscais (70%) | - | - |
| Matéria coletável | <u>(4 107 041,00)</u> | <u>(2 431 854,07)</u> |
| Taxa de Imposto | 21% | 21% |
| Imposto sobre o rendimento à taxa nominal | | |
| Tributações autónomas | 76 824,06 | 74 507,18 |
| Imposto corrente | 76 824,06 | 74 507,18 |
| Imposto diferido (Ver Nota 9) | (39 674,91) | 35 998,72 |
| Gastos de imposto no período | 37 149,15 | 110 505,90 |

31 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------|-------------|------------------|
| Viaturas ligeiras | 0,00 | 18 490,31 |
| | <u>0,00</u> | <u>18 490,31</u> |

32 | Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não apresentava quaisquer passivos contingentes.

33 | Matérias Ambientais

Durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, os quais, contudo, quando incorridos são registados como gastos do exercício. Os gastos incorridos nestes exercícios foram fundamentalmente provenientes da separação e envio para aterro de resíduos resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da Empresa.

34 | Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA que detém 100% do capital da Empresa. A empresa dominante do Grupo onde a TST está inserida é a Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).

34.1. | Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da TST foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 26.

34.2. | Transações entre partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

| | 2017 | 2016 |
|---|-------------------|-------------------|
| Vendas de bens, produtos e serviços | | |
| Prestação de Serviços | | |
| Empresas do Grupo Accionista | | |
| Arriva PLC | 159 781,65 | 161 394,49 |
| Arriva Portugal Transportes, Lda. | 4 000,24 | 4 158,00 |
| Arriva Spain Holding, S.L. | 8 939,57 | - |
| Arriva Noroeste, SL | - | 707,55 |
| Transfesa (Portugal) - Transp.Ferr.Esp., Lda | 10 280,00 | 11 112,98 |
| Esfera Bus, SLU | 1 481,13 | 8 273,58 |
| DB Internacional GmbH | 18 038,29 | 17 166,19 |
| | 202 520,88 | 202 812,80 |
| Associadas | | |
| Otlis, ACE | 38 322,00 | 27 048,00 |
| | 38 322,00 | 27 048,00 |
| | 2017 | 2016 |
| Compras de bens de consumo e activos fixos tangíveis | | |
| Compra de bens e produtos | | |
| Empresas do Grupo Accionista | | |
| DB Regionalverkehr Kurhessen GMBH (RKH) | 537 500,00 | 220 000,00 |
| DB Bahn - BVO Busverkehr Ostwestfalen GMBH | - | 103 000,00 |
| | 537 500,00 | 323 000,00 |
| Associadas | | |
| Otlis, ACE | 274 490,21 | 200 787,20 |
| | 274 490,21 | 200 787,20 |
| Compra de serviços | | |
| Empresas do Grupo Accionista | | |
| Arriva Portugal Transportes, Lda | 67 283,99 | 61 464,32 |
| Arriva PLC | 68 524,40 | 35 917,97 |
| | 135 808,39 | 97 382,29 |
| Associadas | | |
| Rodinform, SA | 130 926,80 | 114 127,81 |
| | 130 926,80 | 114 127,81 |
| Juros de Empréstimos | | |
| Empresas do Grupo Accionista | | |
| DB Mobility Logistics AG | 200 216,52 | 260 233,17 |
| | 200 216,52 | 260 233,17 |

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------------|----------------------|
| Saldos devedores | | |
| Empresas do Grupo Accionista | | |
| Arriva Investimentos SGPS, SA (ver Nota 13) | 309 848,39 | 248 708,67 |
| DB Mobility Logistics AG (ver Nota 13) | 29 789,40 | 19 079,55 |
| Arriva PLC (ver Nota 13) | 18 498,83 | 18 219,85 |
| Arriva Portugal Transportes, Lda | - | 35,36 |
| Arriva Noroeste, S.L. | - | 750,00 |
| DB International GMBH, Sucursal em Portugal (ver Nota 13) | 1 435,85 | 4 661,60 |
| | 359 572,47 | 291 455,03 |
| Associadas | | |
| Otlis, ACE | 148 573,92 | 108 572,77 |
| | 148 573,92 | 108 572,77 |
| Saldos credores | | |
| Empresas do Grupo Accionista | | |
| Arriva PLC (ver Nota 3.3 e 20) | 2 300 000,00 | 2 326 978,33 |
| DB Mobility Logistics AG (ver Nota 18) | 15 301 400,00 | 17 874 391,91 |
| Arriva Investimentos SGPS, SA | 76 824,06 | 74 507,18 |
| | 17 678 224,06 | 20 275 877,42 |
| Associadas | | |
| Rodinform, SA (ver Nota 19) | 37 703,13 | 50 176,28 |
| Otlis, ACE (ver Nota 19) | 72 348,68 | 28 275,39 |
| | 110 051,81 | 78 451,67 |
| Juros a pagar | | |
| DB Mobility Logistics AG | 41 403,52 | 44 805,32 |
| | 41 403,52 | 44 805,32 |

35 | Divulgações exigidas por diplomas legais

35.1. | Dívidas ao Estado

A Empresa não é devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, nem de dívidas à Autoridade Tributária ou outros organismos estatais.

35.2. | Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados em 2017 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais, serviços de auditoria e de consultoria fiscal ascenderam a € 28.950.

36 | Proposta de aplicação de resultados do período

O exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encerrou com um resultado líquido negativo de € 2.983.808,62, pelo que será transferido para Resultados Transitados.

37 | Eventos subsequentes relevantes após o termo do período

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017.

ANEXOS

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 44.996.381 euros e um total de capital próprio de 13.733.008 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.983.809 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas a) e b), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

a) Conforme referido na Nota 13 das notas anexas, o saldo de Outros créditos a receber em 31 de dezembro de 2017 inclui um valor estimado de 6,9 milhões de euros a receber do Estado, relacionado com compensações financeiras e repartição de receitas pela disponibilização de títulos intermodais de transportes na área metropolitana de Lisboa no período de 2014 a 2016. O valor estimado resulta do cálculo das tarifas comerciais com base em dados disponíveis do sistema de bilhética, na interpretação da legislação aplicável até 2016, e dos acordos celebrados entre o Estado e os operadores privados.

Em dezembro de 2016 foram publicados dois novos diplomas que alteraram as regras de atribuição das compensações financeiras, estabelecendo ainda os montantes a pagar aos operadores privados no período de 2014 a 2016, embora para este último ano de forma previsional.

A metodologia usada, os pressupostos subjacentes ao cálculo das tarifas comerciais e a imposição de um limite de validações a serem pagas foram objeto de contestação pela Empresa e pela Associação que representa os operadores do setor. Dado o diferendo existente, a Administração decidiu registar o valor que estima receber do Estado para aquele período, mantendo uma provisão de 1,6 milhões de euros (2016: 3,8 milhões de euros) para fazer face à diferença que possa resultar entre o valor estimado e o valor definitivo que venha a ser determinado com base na resolução do processo judicial interposto pela Empresa.

Considerando as incertezas relativamente (i) ao critério de atribuição das compensações financeiras, em particular na metodologia usada na determinação das tarifas comerciais, e (ii) ao resultado da ação judicial em curso, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade (i) do valor estimado a

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

receber do Estado no montante de 6,9 milhões de euros (2016: 9,1 milhões de euros), (ii) da provisão associada ao processo judicial interposto pela Empresa no montante de 1,6 milhões de euros (2016: 3,8 milhões de euros), e (iii) do impacto que a clarificação desta matéria pode ter a nível da recuperação dos ativos por impostos diferidos que, em 31 de dezembro de 2017, ascendem a 1,8 milhões de euros (2016: 1,7 milhões de euros).

Dado que o Estado estabeleceu os montantes de contribuições financeiras a atribuir relativamente ao período de 2014 a 2016, consideramos ainda que a provisão existente deveria ser registada no ativo corrente, como imparidade de Outros créditos a receber, e não como passivo corrente.

b) Em 31 de dezembro de 2017 os ativos intangíveis incluem 10,6 milhões de euros (2016: 12 milhões de euros) de “goodwill”. Contudo, tal como referido no Relatório de gestão, dadas as incertezas quanto (i) aos valores definitivos das compensações financeiras a receber do Estado relativas a passes multimodais vendidos a partir de 2014 e ao desfecho da contestação judicial interposta pela Empresa relacionada com o critério de atribuição dessas compensações financeiras, e (ii) aos impactos que o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado em junho de 2015 e com aplicação prática até dezembro de 2019, conforme prazo estipulado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, poderá ter no negócio e nos resultados da Empresa, não nos é possível concluir quanto a uma eventual imparidade deste ativo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido no Relatório de Gestão e na Nota 3 do Anexo, a Empresa tem vindo a apresentar resultados negativos e fluxos de caixa operacionais e de investimento também negativos, estando em curso um projeto de reestruturação da atividade, considerado fundamental para a sua sustentabilidade a curto e médio prazo. Tendo presente este enquadramento, consideramos existir uma incerteza material quanto à continuidade das operações pelo facto de ainda não ter sido aprovado, pelas autoridades competentes, o plano de reestruturação da rede de transporte operada, bem como a sua consequente implementação, nem serem conhecidos os impactos que o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros poderá ter na atividade da Empresa.

Como referido na Nota 3, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, o qual depende da evolução favorável das incertezas acima referidas, do suporte financeiro do Grupo Deutsche Bahn, através da manutenção das condições dos financiamentos concedidos, e da rentabilidade futura das operações, que permitam a reversão da tendência de resultados negativos gerados e o equilíbrio financeiro da Empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2017


T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
PwC 2 de 5

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2017


T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
PwC 3 de 5

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

13 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2017

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
PwC 4 de 5

Statutory Audit Report

(Free translation from the original in Portuguese)

Report on the audit of the financial statements

Qualified Opinion

We have audited the accompanying financial statements of T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA (the Entity), which comprise the balance sheet as at December 31, 2017 (which shows total assets of Euro 44,996,381 and total shareholders' equity of Euro 13,733,008, including a net loss of Euro 2,983,809), the statement of income by nature, the statement of changes in equity and the statement of cash flows for the year then ended, and the notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, except for the possible effects of the matters referred to in paragraphs a) and b), presented in the “Basis for qualified opinion” section, the accompanying financial statements present fairly in all material respects, the financial position of T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA as at December 31, 2017, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal.

Basis for qualified opinion

- a) As referred to in Note 13 of the Notes to the accounts, the balance of Other accounts receivable as at December 31, 2017 includes an estimate of Euro 6.9 million receivable from de State, related to the financial compensation and the revenue sharing of multimodal passes sold in Lisbon metropolitan region in the period 2014-2016. The estimated amount resulted from the calculation of the commercial fare based on the data obtained from the contactless ticket system, the interpretation of the laws applicable until 2016 and the agreements signed between the State and the private operators.

In December 2016, the State published two new laws changing the allocation rules to calculate the financial compensation and established the amounts to be paid to the private operators in the period 2014-2016, although on an estimated basis for 2016.

The Company and the association that represents the private operators have disputed the methodology used to calculate the commercial fare, the underlying assumptions and the establishment of a limit number of pass validations to be paid. Considering the existing legal dispute, management decided to record the estimated amount receivable from State in that period, maintaining a provision of Euro 1.6 million (2016: Euro 3.8 million) for differences that may result from the final decision of the lawsuit.

Considering the uncertainties on (i) the allocation criteria of the financial compensation, in particular the methodology used to calculate the commercial fare and (ii) the outcome of the lawsuit underway against the State, we are not able to conclude on the reasonableness of (i) the amount receivable from the State, in the amount of Euro 6.9 million (2016: Euro 9.1

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

million), (ii) the provision for the litigation, in the amount of Euro 1.6 million (2016: Euro 3.8 million), and (iii) the impact that the clarification of this matter may have on the recoverability of the deferred tax assets, amounting to Euro 1.8 million (2016: Euro 1.7 million), on December 31, 2017.

Given the State has already established the amounts allocated to the Company for the period 2014-2016, we consider that the existing provision should be presented as an impairment of the amount receivable, under current assets, and not as current liabilities.

- b) The intangible assets as at December 31, 2017 include a goodwill of Euro 10.6 million (2016: Euro 12 million). However, as referred to in the Management report, given the uncertainties on (i) the final amount of financial compensation receivable from the State on the multimodal passes sold from 2014 onwards, as well as the final decision of the legal action, claimed by the Company, on the criteria used to calculate such compensation, and (ii) the effects that the new Legal Regime of the Public Passenger Transport Services, which will be effective by December 2019, may have in the Company's business and results, we are not able to conclude on the possible impairment of this asset.

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISAs) and other technical and ethical standards and recommendations issued by the Institute of Statutory Auditors. Our responsibilities under those standards are described in the "Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements" section below. In accordance with the law we are independent of the Entity and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with the ethics code of the Institute of Statutory Auditors.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our qualified opinion.

Material uncertainty relating to going concern

As referred to in the Management report and Note 3 of the Notes to the accounts, the Company has been presenting negative results and a negative net cash generated from operating and investing activities. Also, a restructuring project is currently in progress, which is considered fundamental for the Company's sustainability in the short and medium term. Accordingly, we consider that a material uncertainty relating to going concern exists, as the proposed restructuring plan regarding the transport routes and its consequent implementation have not yet been approved by the competent authorities, nor it is known the effects that the new Legal Regime on Public Passenger Transport Services may have on the Company's activity.

As referred to in the Note 3 of the Notes to the accounts, the financial statements have been prepared on a going concern basis which will depend on the favorable outcome uncertainties referred to above, as well as the financial support of the Deutsche Bahn Group, through the maintenance of the financial conditions granted, and the future profitability of the Company's activities that allow to reverse the current trend of negative results and to achieve a positive cash flow.

Our opinion is not modified in respect of this matter.

Responsibilities of management for the financial statements

Management is responsible for:

- a) the preparation of the financial statements, which present fairly the financial position, the financial performance and the cash flows of the Entity in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal;
- b) the preparation of the Directors' Report in accordance with the applicable law and regulations;
- c) the creation and maintenance of an appropriate system of internal control to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error;
- d) the adoption of appropriate accounting policies and criteria; and
- e) the assessment of the Entity's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, events or conditions that may cast significant doubt on the Entity's ability to continue its activities.

Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements

Our responsibility is to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISAs will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of an audit in accordance with ISAs, we exercise professional judgment and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- a) identify and assess the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- b) obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Entity's internal control;
- c) evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management;

- d) conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Entity's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Entity to cease to continue as a going concern;
- e) evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation; and
- f) communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant efficiencies in internal control that we identify during our audit.

Our responsibility also includes verifying that the information included in the Directors' report is consistent with the financial statements.

Report on other legal and regulatory requirements

Director's report

In compliance with paragraph 3 e) of article No. 451 of the Portuguese Company Law, it is our opinion that the Director's report has been prepared in accordance with applicable requirements of the law and regulation, that the information included in the Directors' report is consistent with the audited financial statements and, taking into account the knowledge and assessment about the Entity, no material misstatements were identified.

July 13, 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
represented by:

Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista Único

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

13 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

Report and Opinion of the Supervisory Board

(Free translation from the original in Portuguese)

To the sole Shareholder,

In accordance with the law and our mandate, we herewith present the report on our supervisory activity and our opinion on the Directors' Report and financial statements as presented by the Board of Directors of T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA with respect to the year ended December 31, 2017.

During the year, we have accompanied the evolution of the Company's activity, as and when deemed necessary. We have verified the timeliness and adequacy of the accounting records and respective supporting documentation, as well as the effectiveness of the internal control system, only to the extent that the controls are of relevance for the control of the Company's activity and the presentation of the financial statements. We have also ensured that the law and the Company's articles of association have been complied with.

As a consequence of our work, we have issued the attached Statutory Audit Report.

Within the scope of our mandate, we have verified that:

- i) the balance sheet, the statement of income by nature, the statement of changes in equity, the statement of cash flows and the corresponding notes to the accounts, except in respect of the aspects mentioned in the Statutory Audit Report, permit an adequate understanding of the financial position, the results, the changes in equity and cash flows of the Company;
- ii) the accounting policies and valuation methods applied are appropriate;
- iii) the Directors' Report is sufficiently clear as to the developments of the business and the position of the Company and highlights the more significant aspects;
- iv) the proposed appropriation of results is not contrary with the applicable laws and Company's articles of association.

On this basis, and taking into account information obtained from the Board of Directors and the Company's employees, together with the conclusions in the Statutory Audit Report, we are of the opinion that:

- i) the Directors' Report be approved;
- ii) the financial statements be approved;
- iii) the proposed appropriation of results be approved.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finally, we would like to express our gratitude to the Board of Directors and all those whom we contacted, for their valuable contribution.

July 13, 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
represented by:

Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

Report and Opinion of the Supervisory Board
December 31, 2017

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
PwC 2 of 2